



Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face)

Departamento de Economia

Monografia de graduação

DESIGUALDADE DE RENDA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DA CAUDA SUPERIOR DOS
SETORES FORMAL, FORMAL PÚBLICO, INFORMAL E CONTA-PRÓPRIA NO BRASIL

Rebeca Silva Mello¹

Orientadora: Maria Eduarda Tannuri-Pianto²

Brasília

Dezembro de 2014

¹ E-mail: rebecamello28@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: maria.tannuri@gmail.com

Dedico esta dissertação ao meu sempre companheiro Rodrigo Wutke pela ajuda, compreensão e presença. Aos meus amigos de curso pela paciência nos dias de estudo e em especial à Bruna Guidetti, sempre disposta a me escutar. Aos meus pais pelo apoio eterno, sem vocês nada disso teria sido possível.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo fundamental afunilar o artigo redigido por Tannuri-Pianto e Pianto (2014) acerca do mercado de trabalho informal no Brasil e sua composição, permitindo uma análise mais profunda sobre a parte da população brasileira que auferir mais recursos, a fim de elucidar o problema de desigualdade de renda no Brasil. A divisão em setor formal e informal é aqui preservada, não obstante se encontrem agregados os trabalhadores classificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) como “conta-própria” e, também, os funcionários públicos formais que respondem ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por meio da caracterização dos indivíduos pertencentes ao percentil 95 de distribuição da variável log salário-hora, chegamos à conclusão de que a evasão fiscal é especialmente preocupante em torno de três grupos: os médicos, os advogados e os servidores públicos sem carteira assinada. Assim sendo, propomos algumas medidas que podem ser adotadas pelo governo nacional para contornar essa interferência, permitindo maior margem de manobra para lidar com o problema da repartição de riqueza do país.

Palavras chave: mercado de trabalho, formal, informal, público, conta própria, governo, riqueza, distribuição, desigualdade, Brasil.

ABSTRACT

This monograph has the fundamental purpose of tapering the article written by Tannuri-Pianto e Pianto (2014) about the informal labor market in Brazil and its composition, allowing a deep analysis on the share of the Brazilian population that receives more resources, in order to clarifying the inequality income problem in Brazil. The division into formal and informal sector is here preserved, nevertheless the individuals classified as self-employed workers by the PNAD (Home Sample Research) and the civil formal servants, responding to the regime of the Consolidation of Labor Laws (CLT), are discriminately aggregates. Through the characterization of individuals belonging to the percentile 95 of the distribution of log hourly-wage, we arrive at the conclusion that the tax evasion is of particular concern around three groups: the doctors, the lawyers and the public servants unregistered. Thus, we propose some solutions that can be adopted by the government to overcome this interference allowing more room for the Estate to maneuver and deal with the problem of wealth distribution in the country.

Keywords: labor market, formal, informal, public, self-employed, government, wealth, distribution, inequality, Brazil.

Sumário

1. Introdução	6
2. A desigualdade no Brasil	7
2.1 A desigualdade como um processo histórico.....	7
2.2 O quadro atual da desigualdade no Brasil.....	11
3. Mercado de Trabalho no Brasil.....	14
3.1 Universo da amostra	14
3.2. Os diferentes comportamentos dos setores de trabalho no Brasil	17
3.2.1 O setor conta-própria	17
3.2.2 O setor informal	18
3.2.3 O setor formal e público formal (CLT)	19
4. Dados e resultados	20
4.1 Análise descritiva ampla	21
4.2 Particularizando os indivíduos: a CBO e a CNAE	31
4.2.1 A CBO domiciliar	31
4.2.3 A CNAE domiciliar	35
4.3 Afinal, quem são essas pessoas? Uma evidência focalizada	38
5. Amenizando as adversidades tributárias: a presença do Estado	43
5.2 Sugestões de políticas públicas	45
6. Considerações finais	47
Referências bibliográficas	50
Apêndices	54
Apêndice 3.1.1 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora para toda a amostra da PNAD.	54
Apêndice 3.1.2 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora com corte no percentil 95.	54
Apêndice 3.1.3 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora no percentil 75.	55
Apêndice 4.1.3 Estatísticas descritivas para toda população do estudo. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.	55
Apêndice 4.3.1 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.....	57

Apêndice 4.3.2 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95	59
Apêndice 4.3.3: Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.....	61
Apêndice 4.3.4 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CBO domiciliar para o percentil 95	64
Apêndice 4.3.5 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95.....	66
Apêndice 4.3.6 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95.....	69
Apêndice 4.3.7 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95.....	70
Apêndice 4.3.8. Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95.....	71

1. Introdução

Esta monografia tem como objetivo fundamental afunilar o artigo redigido por Tannuri-Pianto e Pianto (2014) acerca do mercado de trabalho informal no Brasil e sua composição, permitindo uma análise mais profunda sobre a parte da população brasileira que auferi maiores rendimentos. A divisão em setor formal e informal é aqui preservada, não obstante se encontrem agregados os trabalhadores classificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) como “conta-própria” e, também, os funcionários públicos formais que respondem ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tannuri-Pianto e Pianto, apesar de bem sucedidos no que concerne à caracterização do aspecto dual da segmentação do mercado de trabalho, carecem de dados mais esmiuçados para melhores prescrições de políticas públicas eficazes para agir tanto nos quantis inferiores de renda quanto nos quantis superiores (sendo estes últimos o foco deste trabalho).

Sabemos que a averiguação dos diferentes setores do mercado de trabalho ainda é uma área obscura, muitas vezes pela falta de dados confiáveis para análise. Ainda assim, por sua dimensão e alcance, a PNAD, cujos micro-dados são utilizados tanto no estudo em questão quanto em Tannuri-Pianto e Pianto (2014), obtém reconhecido êxito em subsidiar diagnósticos que tenham um caráter mais estrutural que conjuntural (RAMOS, 2012).

Não obstante, a discussão sobre a utilização desses dados e não dos dados do Imposto de Renda como sugerem pesquisas recentes, é explicitada neste trabalho. Trabalhos como o de Piketty (2014) e Medeiros *et al.* (2014) que labutam com metodologias semelhantes têm por objetivo caracterizar e rever o grau de desigualdade no mundo (Piketty) e no Brasil (Medeiros *et al.*). Como continuação e amplificação dessa visão, caracterizamos, por meio de informações contidas na PNAD, quem são estes trabalhadores que concentram quase metade da renda do país, os 5% mais ricos. Sabendo quem deveras são esses indivíduos fica mais plausível para o governo atacar a desigualdade através de maiores taxações para esses denominados “super-ricos” do Brasil.

Antes de chegarmos às particularizações dos indivíduos, fazemos um pequeno retrocesso histórico para abriremos espaço para a discussão que também ocupa o

meio acadêmico a cerca da segmentação ou não do mercado de trabalho. Isso se mostra importante porque encontramos diversos indivíduos que auferem altos rendimentos no trabalho principal (medida utilizada para comparações durante todo o trabalho) que se localizam no mercado informal e no setor conta-própria, podendo fugir das obrigações fiscais. Consequentemente, a divisão entre os setores nos permite mais clareza em quais setores a concentração de renda é mais alarmante, dado que não há qualquer esforço governamental para redistribuição.

Confiamos que a literatura acadêmica está cheia de propostas focadas na população de renda mais baixa para elucidar a desigualdade social e que, depois das recentes descobertas de que os dados da PNAD subestimavam a disparidade, torna-se essencial a busca por melhores pesquisas nessa área, que pode ser a chave para um desenvolvimento sustentável mais justo.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em mais 6 seções. A seção 2 reflete a questão de desigualdade como um processo histórico e também em seus avanços recentes; a seção 3 discorre sobre o mercado de trabalho no Brasil, destacando o universo de amostra da pesquisa e como agem os quatro setores (formal, formal público (CLT), informal e conta-própria); a seção 4 expõe nossos dados e resultados, de maneira decrescente com relação à amplitude de informações; a seção 5 trata de soluções para atenuar a evasão fiscal no Brasil e a seção 6 conclui o trabalho.

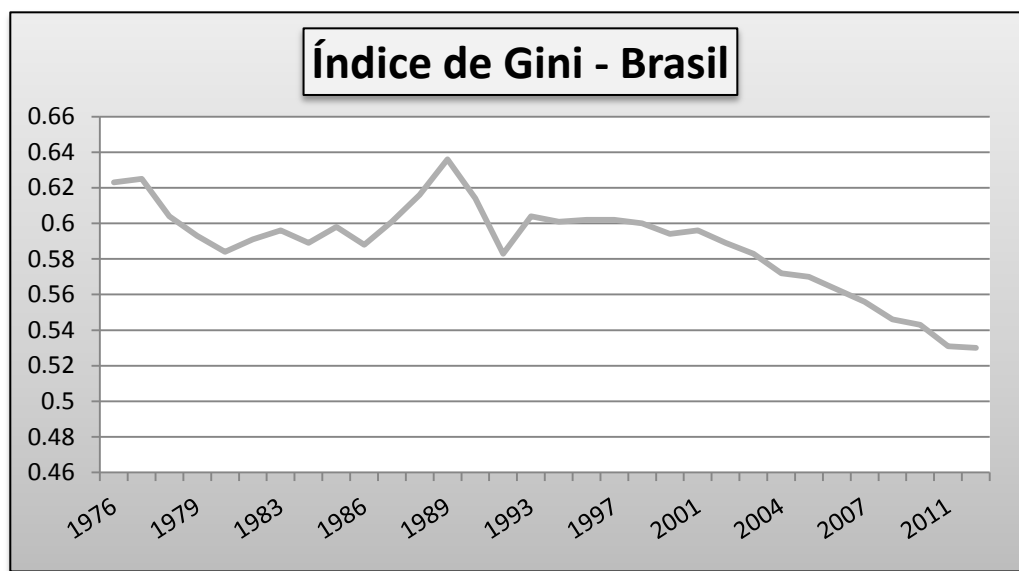
2. A desigualdade no Brasil

2.1 A desigualdade como um processo histórico

A preocupação com o segmento que extrai mais ganhos na sociedade brasileira se mostra primordial no processo de alcance de menores índices de desigualdade social no país. Apesar de o índice de Gini (índice utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo) ter decrescido ao longo das últimas quatro décadas segundo informações governamentais, seu valor é ainda um dos mais altos do mundo, atribuindo ao Brasil, em 2012, o preocupante lugar de segundo pior país do Grupo dos 20 (G20) em termos de desigualdade. O país, em

um grupo que conta com a participação da Turquia, da Argentina, do México, da Rússia, entre outros, ficou unicamente atrás da África do Sul em termos de discrepância de renda, Estado que até o início de 1994 vivia no regime de *apartheid*³.

Figura 1. Evolução do índice de Gini nas últimas quatro décadas.



Fonte Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Elaboração própria. Nota: os anos em que o índice de Gini não foi avaliado foram suprimidos.

As razões para essa disparidade advêm, em primeiro plano, de eventos peculiares da história brasileira, sobressaindo-se a nossa raiz de formação territorial. A Terra de Santa Cruz, vulgarmente denominada Brasil, perpassou por uma cultura de *plantation* (monocultura voltada para a exportação, latifúndio, mão de obra escrava e base técnica precária) e dela teve início a concentração de terras no país, juntamente com a marginalização do preto⁴. A lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como “Lei de Terras”, foi pioneira na formalização do aprofundamento das desigualdades no país. Essa foi, historicamente, a primeira iniciativa governamental para delimitar a propriedade de terra no Brasil, estruturada pela elite latifundiária brasileira, que, prevendo a futura Lei Áurea (1888) através da

³ O *apartheid* foi uma rigorosa política de segregação racial aplicada na África do Sul entre os anos de 1948 e 1994 em que os negros, dentro de várias outras restrições, não tinham acesso às urnas eleitorais e viviam dentro de uma espécie de confinamento geográfico.

⁴ Apesar de ser uma denominação considerada preconceituosa no país, “preto” é o termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A terminologia *negro* é empregada como a junção de pretos e pardos.

Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibia o tráfico negreiro, antecipou-se em tornar impossível que o preto conseguisse terras para sua sobrevivência e prosperidade. Apesar de se poder atribuir ao período colonial a origem do quadro de desigualdade social vivido pelo Brasil nos dias de hoje, esse está longe de ser o motivo crucial para entendê-lo, uma vez que não se pode desprezar o incremento de disparidades constatado durante a modernização agrícola recentemente implementada no país.

Ferreira (2000) enuncia que as causas de uma distribuição desigual de renda devem pertencer a pelo menos cinco grupos de fatores, conceitualmente distintos entre si. O autor expõe que o primeiro seria a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito às suas características natas, como raça, gênero, inteligência etc. O segundo seria a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características individuais adquiridas, entre elas o nível educacional e a experiência profissional. O terceiro já faria referência ao mercado de trabalho, principal canal de transformação das características individuais em renda. Este grupo se dividiria em caminhos distintos, sendo eles a discriminação, a segmentação e a projeção. O quarto e o quinto grupo fariam referência aos mercados de capital e ao elemento demográfico, respectivamente.

Essa visão mais contemporânea contrapõe as perspectivas de Fishlow (1972) e Langoni (1973), que durante três décadas dividiram os pesquisadores econômicos entre aqueles que acreditavam que a desigualdade era fruto de uma repressão ao proletariado (pensamento de Fishlow), os que acreditavam que era advinda da heterogeneidade educacional (Langoni) e os que julgavam que a resposta estava na junção das duas razões. Não há dúvidas de que o adensamento do processo educacional no país é primordial para retrain essas diferenças sociais e que medidas emergenciais como o programa “Bolsa-Família” são consagradas por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Pero (1992) acredita que dentre os fatores responsáveis pela desigualdade na repartição da renda se destacam os diferenciais existentes na estrutura de salários na economia, sendo compatível, portanto, com a terceira causa de Ferreira. Desta forma, o setor formal, caracterizado como o que emprega com carteira assinada, evocaria salários mais altos que o setor informal, seja por razões de heterogeneidade dos trabalhadores quanto a atributos produtivos, como educação e

idade (que indicaria experiência – segunda causa de Ferreira) seja pela discriminação de gênero e raça (subgrupo da terceira causa de Ferreira), que evidencia a segmentação no mercado de trabalho. Pero analisa, conseqüentemente, como o diferencial salarial contribui para que o grau de desigualdade de renda no Brasil seja tão elevado, atribuindo, portanto, ao mercado de trabalho o título de gerador de desigualdades.

Pero chega à conclusão de que, *“por um lado, o setor [informal] apresenta capacidade de absorver contingentes de mão-de-obra não empregada no setor com relações formais de trabalho e de reduzir a taxa de desemprego aberto na economia. Por outro lado, na medida em que os empregos sem contrato formal oferecem a trabalhadores igualmente produtivos salários menores que em empregos com carteira, este alto grau de informalidade poderia explicar a parcela da desigualdade salarial existente no mercado de trabalho brasileiro”*.

Será que o mercado de trabalho é, de fato, o grande gerador das desigualdades, primordialmente em um país em que essas são tão acentuadas como o Brasil? Essa visão perpassa o mundo acadêmico. Como exemplo, o trabalho de Acemoglu (2001) não nomeia um setor informal e sim um setor *mau* e não um setor formal, mas sim um setor *bom*. O setor dos “bons empregos” exige maiores gastos fixos em capital e, devido a existência de barganha, também paga maiores salários. Tratado por esse aspecto, a impressão que a informalidade passa é a de ser uma consequência da desigualdade de renda, um escape dos trabalhadores marginalizados pelo mercado.

Mas será que o setor formal pode ser, de fato, classificado como “bom” e o setor informal como “mau”? Será que a existência de um setor informal segrega a população e cria um grupo à margem do exercício de seus direitos de cidadania? Assim como a discussão em torno da informalidade e da desigualdade apodera-se do meio acadêmico, a definição de informal não é consensual. Há quem diga que os conta-própria são parte da informalidade⁵. Para fins de políticas tributárias, em sua maior parte, esses podem, de fato, ser tratados como informais. Neste trabalho, apesar de serem relatados de modo desagregado, temos consciência dessa possível junção para fins de sugestão de políticas governamentais.

⁵ Confira-se, a respeito, Ulyseia, 2005.

Em seu recente trabalho, Medeiros *et al.* (2014) afirmam que os níveis de desigualdade de renda em uma sociedade afetam e são afetados por várias dimensões das políticas públicas. Muito do que a antiga literatura diz permanece nessa visão, entretanto, o autor aprofunda a desigualdade, relacionando-a a fatores bem mais amplos. Por um lado, a desigualdade de renda estaria relacionada aos níveis de educação (Malta *et al.* (2010) e Silva e Hasenbalg (2009) em Medeiros *et al.* (2014)), saúde (Granja *et al.* (2009) e Lima-Costa *et al.* (2003) em Medeiros (2014)), nutrição (Issler e Giugliani (1997) e Vasconcelos e Batista (2011) em Medeiros *et al.* (2014)), mortalidade (Rocha (1999) em Medeiros *et al.* (2014)), violência (Chasnais (1999) e Macedo *et al.* (2002) em Medeiros *et al.* (2014)), além de várias outras características da sociedade, determinando e sendo determinada por elas. Por outro lado, Medeiros destaca que a concentração ou não da renda estabelece como funciona o sistema tributário que fomenta as políticas públicas, expondo que o tema vai muito além da dinâmica econômica.

2.2 O quadro atual da desigualdade no Brasil

A literatura tem se atualizado constantemente em torno do tema. Recentes estudos aplicados por Thomas Piketty (2014) desenvolvem métodos paralelos que têm por base o Imposto de Renda (IR) para calcular a desigualdade. Em seu polêmico “O Capital do Século 21”, Piketty relata, por meio de dados empíricos de 13 países diferentes, que a concentração de capital é inerente ao sistema capitalista e apresenta como solução para amenizar essa realidade um aumento contínuo de taxas sobre heranças e grandes fortunas, a fim de limitar o crescente ganho de capital localizado. Sua teoria foi um fenômeno gigantesco, primordialmente devido ao delicado momento em que o capitalismo (principalmente o americano estadunidense) experimenta nos últimos seis anos. Uma crise desenfreada, consequência dos ganhos de capital fictícios da classe dos “super-ricos” do país, cujo prejuízo está sendo socialmente distribuído, exacerbando a desigualdade.

A razão de se pegar dados do IR advém do fato de que, consensualmente, as pesquisas de amostra domiciliar subestimam as rendas da população no topo da distribuição de riqueza tal como declaram Hoffmann (1988), Hoffmann e Ney (2008) e Lluch (1982), contrapondo a visão de Barros *et al.* (2006) de que as pesquisas

domiciliares, em especial a PNAD, subestimariam apenas o nível da renda, mas essa subestimação não seria maior no topo, podendo ser igual ou maior na base e, conseqüentemente, não teria impacto sobre a desigualdade. Apesar dessa dissonância, estudos internacionais compactuam com a visão de subestimação da desigualdade por meio das pesquisas domiciliares, indicando que os níveis de disparidade calculados com o auxílio de dados tributários são bem superiores aos estimados em pesquisas domiciliares (AABERGE e ATKINSON, 2010; ALVAREDO, 2010; ALVAREDO *et al.*, 2010; ALVAREDO *et al.*, 2013 e SAEZ, 2006).

Mais ainda, Piketty (2014) demonstra em seu estudo que, considerando dados do imposto de renda das pessoas, é possível medir mais adequadamente a desigualdade, sobretudo quando há muita disparidade, captando com mais precisão a renda dos ricos. O Brasil é um país que intriga especialmente Piketty. Em visita ao país e afinado com a realidade política e econômica brasileira, Piketty defendeu o aumento dos impostos sobre heranças no país (proposta de campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e nunca realizada) que são até 10 vezes inferiores aos da Alemanha e aos dos Estados Unidos da América. Além disso, Piketty criticou o grande volume de tributos indiretos, a alta taxa de juros e a falta de transparência nos dados da Receita Federal para grandes fortunas. Programas como o Bolsa-Família, seriam, nesse sentido, importantes para combater a miséria e a pobreza, porém insuficientes para atenuar o quadro de desigualdade brasileiro. Apesar de extremamente recente, já existem estudos que partem da metodologia de Piketty para caracterizar o Brasil sob esse novo aspecto.

Medeiros *et al.* (2014) combinam dados tributários provenientes da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) e da PNAD para construir uma distribuição completa da renda total entre adultos. Os autores optam pela interpolação de Pareto, adotando os procedimentos de Piketty (2014). Por acreditarem que a PNAD caracteriza corretamente a cauda inferior de distribuição de renda, Medeiros *et al.* utilizam seus dados até o percentil 90, onde comprovam através de comparações empíricas que coincide razoavelmente bem com a DIRPF; depois desse ponto, são utilizados dados da DIRPF, já que, assim como Piketty, consideram que boa parte do comportamento favorável à igualdade na base é neutralizada pela imensa influência que o topo extremo tem na desigualdade

total. Medeiros *et al.* chamam atenção para alguns problemas que tal combinação pode acarretar, como o não cruzamento de dados entre as duas pesquisas, o que torna suas conclusões vulneráveis à possibilidade de diferenças entre as rendas captadas pela PNAD e pela DIRPF. Mesmo assim, entre todos os métodos disponíveis, Medeiros *et al.* conseguem expor que o adotado é o mais consistente.

As conclusões desse estudo pioneiro são surpreendentes e podem mudar o rumo de toda literatura já existente acerca do assunto no Brasil: a desigualdade de renda no Brasil é muito alta e estável entre 2006 e 2012, o que se opõe aos dados apresentados na figura 1 sobre o índice de Gini calculado com base nas PNADs. Nesse mesmo período do estudo de Medeiros *et al.* (2014), os cálculos do governo, baseados apenas nas pesquisas domiciliares, resultam em um Gini de 0,619 em 2012, uma desigualdade 11% menor que a verificada por Medeiros *et al.*. É possível, portanto, que a acelerada queda na desigualdade medida pelas PNADs resulte de sua subestimação do crescimento da renda entre os ricos. Medeiros *et al.* concluem que quase metade de toda a renda no país está concentrada no percentil 95 de renda, ou seja, os 5% mais ricos. O cenário é ainda mais alarmante no 1% mais rico: esta pequena parcela da população, que não passa de 700 mil pessoas em um país com mais de 200 milhões de habitantes, é possuidora de um quarto da renda brasileira. Ainda assim, Medeiros *et al.* ressaltam que seus cálculos geram os menores níveis possíveis de desigualdade entre as disponíveis combinações de bases de dados.

Medeiros *et al.* (2014) constata empiricamente que a concentração de renda no país é muito alta e que é evidente que para se entender a desigualdade no país é extremamente importante saber o que faz com que os ricos se apropriem de uma parcela tão grande de renda. Essa indagação vai fortemente ao encontro de nosso estudo. Acreditamos, assim como Medeiros *et al.*, que este deve ser um tema prioritário na agenda de pesquisas sobre desigualdade. Um sistema tributário que é a fonte de recursos para praticamente todas as políticas públicas deve estar excessivamente ligado a um sistema de redistribuição. São esses rumos que a discussão tem tomado recentemente.

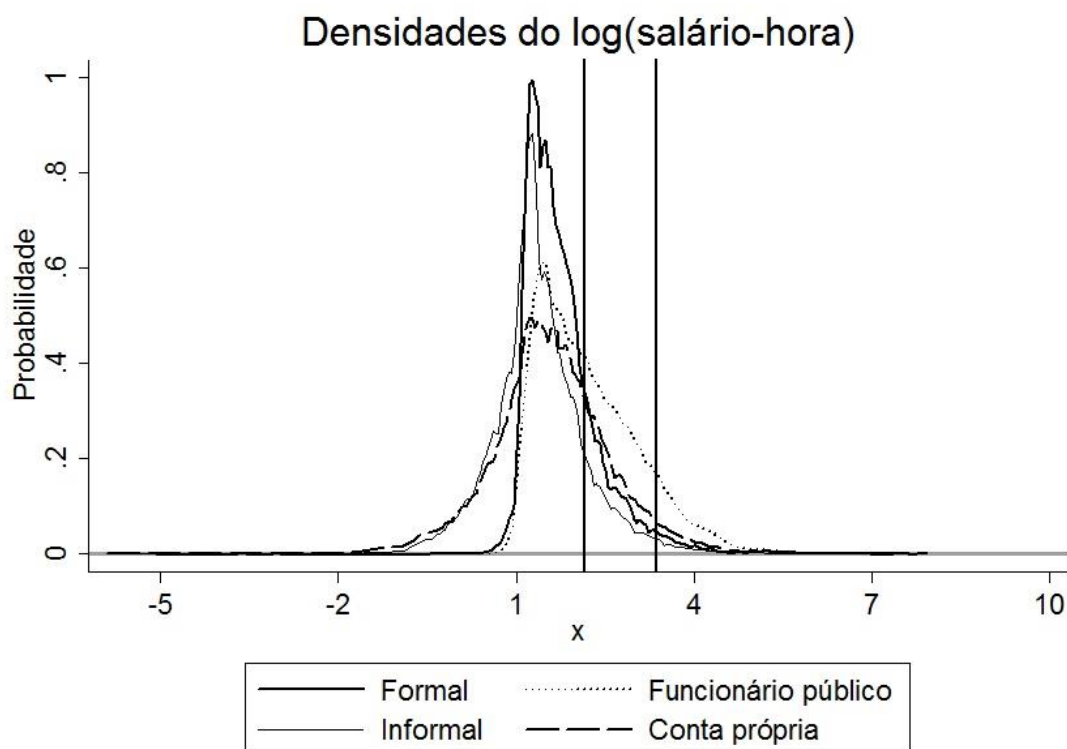
3. Mercado de Trabalho no Brasil

3.1 Universo da amostra

Para decidir qual a parte da população que melhor se encaixaria no estudo em questão, analisamos, de maneira quase análoga a Tannuri-Pianto e Pianto (2014), através dos dados da PNAD, de 2012 (para que as comparações entre os dois estudos sejam mais triviais), as densidades do log Salário-Hora dos setores formal, informal, conta-própria e também separamos os funcionários públicos formais, por acreditarmos que estes inflam as estatísticas do setor formal de maneira a causar possíveis distorções. Um trabalhador é tido como formal pela PNAD se for empregado e tiver carteira assinada, informal se for empregado e não tiver carteira assinada, e conta-própria se a pessoa trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012). Por meio dessa classificação, conseguimos ver como o setor conta-própria abre espaço para a informalidade.

Após criarmos a variável log-salário-hora, com base em 4,35 semanas por mês, na renda e nas horas mensais por trabalho principal dos indivíduos da PNAD entre 18 e 65 anos, com renda positiva, dividimos a amostra dessa variável em percentis (apêndice 3.1) utilizando o *software* STATA. Incluímos, em todas nossas amostras finais, os trabalhadores urbanos, não domésticos e que trabalharam na semana de referência. Por meio dessa divisão de percentis, chegamos à conclusão de que um corte admissível para aprofundar o estudo na porção brasileira que extrai mais rendimentos em um trabalho principal seria no percentil 95, incluindo-se, consequentemente, no campo de análise desta monografia, apenas os 5% da população que auferem mais rendimentos no trabalho principal. Além disso, a título de comparação, escolhemos ponderar também o percentil 75 de maior renda, para atestar mais profundamente o quão impiedosa é a disparidade social no Brasil.

Figura 2: Densidades do Log Salário-hora dos Setores Formal, Funcionários Públicos Formais, Informal e Conta-Própria.



Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: A primeira linha vertical representa o percentil 75 da amostra ($\log 2,154165$) e a segunda linha vertical representa o log do salário-hora onde foi realizado o corte da amostra, percentil 95 ($\log 3,358138$).

Como o Brasil é um país extremamente desigual, o percentil 75 agiria somente como uma balança de comparação, já que nesta parte da amostra se situam pessoas com rendas *a priori* insignificantes para a finalidade à qual nos submetemos; a média do log salário-hora seria 2,154165, o que significa um rendimento mensal médio para um indivíduo que trabalha 40 horas por semana de R\$ 1500,00 mensais. Entretanto, mesmo realizando o corte no percentil 95, há um problema considerável na base de dados, que deve ser ressaltado. Ao trabalharmos com o log do salário-hora, acabamos obtendo na amostra indivíduos que recebiam uma renda mensal de R\$ 150,00. Isto é possível graças ao fato de os integrantes do grupo declararem que trabalhavam apenas 1 hora semanalmente. Como esses indivíduos não são interessantes para análise da esfera populacional brasileira mais rica, decidiu-se apenas computar para fins estatísticos os indivíduos que

trabalhassem a partir de vinte horas semanais, tendo em vista que estes correspondem à média do corte da renda absoluta, que gira em torno de R\$ 4300,00 no percentil 95 e R\$ 1500,00 no percentil 75. As estatísticas com os devidos cortes nos log salário-hora encontram-se nos apêndices 3.1.2 e 3.1.3.

Como é possível observar nos apêndices 3.1.1 e 3.1.2, o desvio padrão da amostra reduzida (percentil 95) é aproximadamente duas vezes menor que o desvio padrão da amostra total da PNAD, ratificando a disparidade de renda no país. O curioso é verificar que esse desvio padrão não assume uma diferença tão acentuada entre os percentis 75 (apêndice 3.1.3) e 95, apesar de a amostra dos 25% que auferem mais rendimentos no trabalho principal ser significativamente maior. Além disso, cabe notabilizar a diferença da média do log do salário hora entre as duas amostras extremas: enquanto a média da população do percentil 95 de renda mais alta no país se situa no log do salário-hora 3,896327, a da população toda está no log do salário-hora 1,744377. Ou seja, enquanto em média o trabalhador brasileiro recebe por hora de trabalho aproximadamente R\$ 6 ($\exp(1,744377)$), os 5% mais ricos do país recebem, pela mesma hora trabalhada, cerca de R\$ 49 ($\exp(3,896327)$).

Tabela 3.1: Valores absolutos para a renda mensal em reais do trabalho principal no corte do percentil 95.

Amostra Percentil 95 ⁶	Formal	Serv. Públicos (CLT)	Informal	Conta Própria
1%	3000	2800	3000	3000
5%	4000	3800	3500	3000
10%	5100	4500	4000	4000
25%	6000	6000	6000	5200
50%	7000	7000	7000	7000
75%	10000	10000	10000	10000
90%	13000	13000	14000	15000
95%	16000	15000	17000	20000
99%	30000	20000	25000	40000
Mín	2719	2600	2700	2600
Máx	50000	30000	40000	220000

⁶ Os valores referem-se aos percentis da amostra que engloba somente os 5% mais ricos do Brasil.

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria.

A tabela 3.1 demonstra que a desigualdade não é um fenômeno exclusivo de pobres e ricos no Brasil. A distorção ocorre mesmo dentro do seleto grupo dos *mais ricos*, pertencentes ao percentil 95 da população. O valor mínimo de toda a amostra dentro desse corte é de R\$ 2600,00 mensais e o valor máximo é R\$ 220000,00. A tabela evidencia, portanto, que há um grupo mais distinto ainda que o dos 5% mais ricos dentro do Brasil, que é uma pequena parte que ganha quantidades milionárias mensais. E, dentro desse grupo, destaca-se a peculiar distribuição entre os quantis baixos e superiores do setor conta-própria.

3.2. Os diferentes comportamentos dos setores de trabalho no Brasil

3.2.1 O setor conta-própria

O comportamento dos trabalhadores autônomos (os “conta-própria” da PNAD) pode ser mais didaticamente observado na figura 2. Apesar de estarem sempre em menor número relativo do log salário-hora nos quantis médios, há uma clara coincidência no início da distribuição nos quantis baixos com o setor informal e, de outro modo, uma surpreendente superação nos quantis mais altos, ultrapassando tanto o setor formal quanto o setor informal e, mais tardiamente, os servidores públicos formais (CLT). Isso apenas atesta que o trabalhador autônomo ganha, por hora, em média, mais que os trabalhadores informais, formais e formais públicos quanto mais alto for o quantil observado. O comportamento dos autônomos é peculiar neste sentido e seu incentivo está sempre interligado aos riscos que a atividade oferece (BARMBY *et al.*, 2005). No percentil 95 que será investigado, essa atividade corresponde, portanto, ao supremo benefício que os conta-própria podem alcançar.

Se olharmos com mais atenção a tabela 3.1, veremos que o setor conta própria passa a ser tão atraente para o trabalhador brasileiro quanto os setores formal, formal público e informal, contido nos 5% que extraem mais rendimentos em um trabalho principal, exatamente no percentil 50 da amostra em corte dos 5% mais

ricos, onde todos os setores tem uma média de renda mensal de R\$ 7000,00. Antes dessa porção do corte, o que observamos é a clara inferioridade do salário do setor conta-própria, às vezes igual ao do setor informal e, na maioria das vezes, menor que o salário de todos os setores, exceto no percentil 1, que, formidavelmente, revela o setor público formal como sendo o que menos aufera recursos mensais. Apesar de parecer uma informação controversa, verificamos que já no percentil 5 os servidores públicos ultrapassam tanto os informais quanto os conta-própria e, mesmo no percentil 1, a diferença entre esses setores e o formal público é de apenas R\$ 200,00.

3.2.2 O setor informal

A figura 2 representa, em aspectos concretos, pontos relevantes acerca da discussão que permeia o mundo acadêmico sobre a segmentação ou não do mercado de trabalho informal na esfera nacional. A presença dos trabalhadores informais nos quantis superiores em que se obtém maior renda dá suporte experimental para as teorias de que o mercado de trabalho informal é uma escolha para alguns trabalhadores. Amaral e Quintin (2006) desenvolveram um modelo microeconômico que prevê um mercado informal extremamente competitivo, não havendo espaço para as conhecidas segmentações do mercado de trabalho neoclássico, que encontrariam indivíduos com as mesmas características ganhando menos apenas por estarem empregados no setor informal. A capacidade do empreendedor de se autofinanciar é primordial na decisão de entrada ou não no mercado informal. Os gerentes mais produtivos tendem automaticamente a preferir o mercado formal, porque a probabilidade de obter empréstimos do setor financeiro é maior. Contudo, essa visão está longe de ser a predominante, apesar de ter agregado avanços nos últimos anos.

A presença maciça dos trabalhadores sem carteira assinada nos quantis inferiores também incorpora empiricamente as proposições de que há segmentação no mercado de trabalho brasileiro. Bosch *et al.* (2012) estabelecem, a respeito desse ponto de vista, a partir de micro-dados brasileiros trabalhados econometricamente, que a liberalização comercial (fator que tende a explicar o mercado informal como

uma melhor opção competitiva) desempenhou uma parte relativamente pequena no aumento dramático do setor informal entre 1990 e 2000. No entanto, encontram evidências sugestivas de que várias dimensões da reforma constitucional, fator que tende a explicar o mercado informal como resultante da segmentação, sobretudo as normas relativas aos custos de desligamento, horas extras e poder sindical, explicam boa parte desse aumento, cerca de 30% a 40%.

Para Cacciamali e Fernandes (1993), apesar de a legislação de salário mínimo, por exemplo, ainda parecer um dos melhores argumentos para a existência de segmentação institucional no mercado de trabalho, é insuficiente para justificar toda segmentação que presumivelmente se constata no seu estudo. Esses autores chegam à conclusão de que *“a disposição das firmas e de trabalhadores em participar do mercado de trabalho não regulamentado relaciona-se, de um lado, com os custos de cumprir a legislação trabalhista por parte das empresas e, de outro, com a avaliação que os trabalhadores têm dos benefícios originários da proteção legal”*.

Mas, como é visto na figura 2, apenas essa justificativa parece falha, devido ao grande número de trabalhadores sem carteira assinada nos percentis 75 e 95 de distribuição, que, teoricamente, comportariam apenas os “bons” empregos pelos seus resultados de renda mensal. Sendo assim, a unificação dessas duas análises parece ser o ramo mais promissor academicamente para os próximos anos. Tannuri-Pianto e Pianto (2014) conseguem em seu estudo identificar trabalhadores informais que não são prejudicados por estarem no setor informal, os quais são justamente a parte do setor informal que será sondada exaustivamente nesta monografia. Mas também identificam a existência de segmentação, em que trabalhadores com características observáveis idênticas ganham até 55% menos por trabalharem no setor informal, com as penalidades maiores ocorrendo nos baixos quantis⁷.

3.2.3 O setor formal e público formal (CLT)

⁷ Pianto e Tannuri-Pianto (2014) admitem que apesar da metodologia utilizada, ainda poderiam estar identificando a segmentação erroneamente. Mas para fins menos descritivos e mais fatuais, apenas a existência desta segmentação e não sua caracterização já é suficiente para atestar sua veracidade.

Em virtude das leis trabalhistas enrijecidas, despontando entre elas a inflexibilidade do salário mínimo, é impossível que o trabalho formal comece em outro local que não o representado pela figura 2. E, como muitos trabalhadores formais recebem no Brasil o equivalente ao salário mínimo, é uma linha que cresce quase verticalmente em termos de densidade. A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) estipula esse valor em torno de uma conta bem simples:

$$SM = alimentação + habitação + transporte + higiene + vestuário.$$

Então, teoricamente, ou pelo menos de acordo com o artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, esse somatório deveria resultar em um valor que pudesse suprir todas as necessidades vitais de um cidadão. O valor desse salário em 2012, ano avaliado pela monografia, era de R\$ 622,00, localizado no início da linha do setor formal. O *mainstream* econômico não simpatiza com essa ideia de salário mínimo; segundo essa corrente, esse mecanismo de fixação de salário traduz-se em desemprego e ineficiência. É bem verdade que, mesmo fixo, o salário mínimo brasileiro está longe de atender a todas as “necessidades vitais” do cidadão e que muitos se deslocam para o mercado de trabalho informal devido à falta de oportunidades que essa rigidez acarreta. Contudo, isso não é uma verdade absoluta, já que o mercado de trabalho brasileiro tem singularidades marcantes. O salário mínimo é também utilizado para situar os preços no setor informal, agindo como um “farol” (BALTAR e SOUZA, 1979)⁸.

Pela distribuição dos rendimentos dos funcionários públicos formais, conseguimos mostrar de forma didática como estes inflam a distribuição de rendimentos do setor formal, principalmente na parte final (cauda superior) da figura 2, em que os rendimentos do trabalho principal são maiores. Dessa forma, entendemos que separar estes servidores se torna primordial para compreender o setor formal em sua dimensão e peculiaridades.

4. Dados e resultados

⁸ Neste aspecto, o salário mínimo seria uma instituição que pauta as “regras do jogo” em contratos fora do mercado de trabalho, mesmo que isso seja proibido pela legislação brasileira. (RAMOS, 2012)

4.1 Análise descritiva ampla

Incluímos, em todas nossas amostras finais, os trabalhadores urbanos, não domésticos, que trabalharam na semana de referência e declararam ter salário positivo, na faixa etária entre 18 e 65 anos. A amostra do corte no percentil 95 da variável log salário-hora, é composta de 2749 observações: 1192 do setor formal, 326 do setor formal público, 336 do setor informal e 895 trabalhadores autônomos. A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios realizada em praticamente todo território nacional que adota um delineamento de plano amostral estratificado e conglomerado com um, dois ou três estágios de seleção, dependendo do estrato. Dessa forma, mais que o número absoluto de observações, é preciso levar em consideração os pesos da amostra, tendo em vista que estes não são feitos de forma aleatória.

Quando considerados os pesos amostrais, o total de pessoas que a PNAD 2012 abrange no percentil 95 é de 1.422.907, sendo 49% pertencentes ao setor formal, 11% ao setor informal, 29% ao setor conta própria e 11% representando os servidores públicos que possuem carteira assinada. Por força desse fato, tal como em Tannuri-Pianto e Pianto (2014), os logaritmos naturais do salário hora no trabalho principal e os pesos amostrais são usados nas estimativas. As estatísticas descritivas se encontram na Tabela 4.1.1.

Tabela 4.1.1: Estatísticas Descritivas do percentil 95. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.⁹

Percentil 95	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Log salário hora	3.82	0.0115	3.84	0.0218	3.86	0.0266	3.88	0.0216
Renda mês (reais)	8821	158.04	8175	218.38	8694	362.70	10218	715.41
Idade (anos)	42.00	0.3155	46.06	0.6592	42.05	0.6840	45.77	0.4296
Educação (anos)	14.39	0.0503	14.60	0.0678	13.78	0.1776	13.00	0.1178
Fundamental incompleto	0.79	0.0027	0.19	0.0019	2.94	0.0107	6.20	0.0088

⁹ Com exceção das variáveis log salário-hora, renda mês (reais), idade (anos), educação (anos), horas trabalho principal e idade que começou a trabalhar, as variáveis estão todas já multiplicadas por 100, representando as porcentagens em cada caso.

Continuação tabela 4.1.1: Estatísticas Descritivas do percentil 95. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.

Percentil 95	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Fundamental	0.97	0.0029	0.00	0.0000	3.86	0.0142	5.96	0.0097
Médio	14.44	0.0113	10.61	0.0185	18.44	0.0244	26.16	0.0181
Superior	69.09	0.0152	73.56	0.0282	63.67	0.0310	54.68	0.0202
Pós-graduação	11.77	0.0108	13.51	0.0224	8.22	0.0171	5.82	0.0095
Analfabeto	0	0	0	0	0	0	0.05	0.0005
Frequenta escola	7.56	0.0089	5.17	0.0145	5.92	0.0149	3.36	0.0076
Mulher	27.20	0.0148	39.70	0.0315	31.15	0.0304	29.74	0.0186
Branco	79.42	0.0129	78.77	0.0250	71.95	0.0276	77.09	0.0162
Preto	3.08	0.0054	3.44	0.0111	4.37	0.0122	2.41	0.0057
Pardo	13.36	0.0101	15.95	0.0216	22.91	0.0255	19.39	0.0151
Chefe domicílio	66.65	0.0156	62.87	0.0309	67.46	0.0302	67.86	0.0188
Casado ou companheiro	24.48	0.0144	28.77	0.0292	23.64	0.0281	25.94	0.0178
Acesso à internet	98.59	0.0034	98.18	0.0103	96.68	0.0113	89.16	0.0125
Possui celular	99.77	0.0014	98.93	0.0066	98.63	0.0083	99.07	0.0035
Sindicato	37.85	0.0160	48.26	0.0321	18.48	0.0238	17.80	0.0152
Horas trab principal	41.43	0.2907	37.73	0.4381	38.55	0.6642	39.32	0.4902
Trabalho novo	7.46	0.0088	3.60	0.0129	10.92	0.0214	4.53	0.0090
Mais que 10 empregados	90.10	0.0096	0.00	0	47.25	0.0326	0.00	0
Norte	2.02	0.0029	2.52	0.0063	6.28	0.0108	4.40	0.0056
Nordeste	8.32	0.0072	15.42	0.0214	16.67	0.0223	12.08	0.0115
Sudeste	69.16	0.0134	50.91	0.0319	54.00	0.0315	53.29	0.0199
Sul	12.39	0.0092	16.81	0.0216	9.86	0.0169	19.27	0.0148
Centro-oeste	8.11	0.0065	14.34	0.0171	13.19	0.0168	10.97	0.0099
% recebe renda aposentadoria	6.36	0.0081	8.67	0.0184	6.45	0.0162	8.59	0.0116
Renda aposentadoria (1/1000)	15.90	0.0267	29.76	0.0750	20.03	0.0592	25.33	0.0523
% recebe renda pensão	0.93	0.0031	1.12	0.0064	2.02	0.0102	1.55	0.0047
Renda pensão (1/1000)	1.70	0.0066	2.16	0.0118	2.25	0.0105	2.15	0.0081
Idade começou trab	17.83	0.1246	18.13	0.2897	17.81	0.3363	16.84	0.1762

Continuação tabela 4.1.1: Estatísticas Descritivas do percentil 95. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.

Percentil 95	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
<u>Info Trabalho Anterior (no ano)</u>								
Emigrou no último ano	0.64	0.0022	0.54	0.0038	0.65	0.0065	0.00	0
Teve outro trabalho	5.37	0.0076	2.60	0.0119	4.34	0.0135	3.03	0.0077
Teve carteira assinada	2.55	0.0053	0.74	0.0073	0.21	0.0021	1.56	0.0058
Recebeu seguro desemprego	0.08	0.0008	0.00	0	0.00	0	0.33	0.0023
Nº de observações	1192		326		336		895	
Total populacional	693064		153332		159935		416576	

Fonte: PNAD 2012. Nota: As estatísticas descritivas foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais. As variáveis “renda de aposentadoria” e “renda de pensão” representam as médias mensais divididas por 1000, calculadas apenas para os indivíduos com renda diferente de zero.

O percentil 75 é uma amostra bem mais abrangente e, por isso, representa de maneira mais efetiva o Brasil, e não a parte que auferir maior renda. Essa amostra, suprimindo-se os trabalhadores que trabalham menos que vinte horas semanais, é composta por 25056 observações: 12354 observações do setor formal, 1682 do setor formal público, 3472 do setor informal e 7548 observações do setor conta-própria. Utilizando-se os pesos amostrais, o total de pessoas localizadas nessa amostra restringida é de 13.045.326, sendo destes 53,77% formais, 6,5% funcionários públicos formais, 12% informais e 27,73% do setor conta-própria.

O percentil 75 encontram-se discriminado na tabela 4.1.2.

Tabela 4.1.2: Estatísticas Descritivas do percentil 75. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão. ¹⁰

Percentil 75	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Log salário hora	2.67	0.0053	2.86	0.0164	2.70	0.0109	2.73	0.0076
Renda mês (reais)	3089	27.23	3481	79.0089	2944	60.23	3427	90.95
Idade (anos)	37.33	0.1056	40.72	0.3033	38.15	0.2354	42.87	0.1511
Educação (anos)	12.04	0.0326	13.33	0.0704	11.97	0.0726	10.28	0.0547
Fundamental incompleto	8.12	0.0028	2.20	0.0041	10.71	0.0064	21.44	0.0056
Fundamental	7.99	0.0028	2.56	0.0045	8.44	0.0059	15.50	0.0050
Médio	44.39	0.0052	35.24	0.0137	39.77	0.0101	37.49	0.0067
Superior	36.28	0.0050	53.90	0.0143	37.42	0.0099	23.66	0.0059
Pós-graduação	2.33	0.0015	4.66	0.0062	2.37	0.0031	1.56	0.0017
Analfabeto	0.22	0.0005	0.05	0.0004	0.60	0.0016	0.90	0.0012
Frequenta escola	9.94	0.0031	10.73	0.0088	11.95	0.0067	3.23	0.0024
Mulher	29.85	0.0047	46.23	0.0143	37.31	0.0100	26.07	0.0060
Branco	66.65	0.0048	66.66	0.0131	59.25	0.0100	61.99	0.0066
Preto	6.06	0.0024	6.37	0.0065	6.52	0.0050	6.08	0.0032
Pardo	25.93	0.0044	25.68	0.0120	33.23	0.0094	30.92	0.0062
Chefe domicílio	54.36	0.0052	53.49	0.0143	50.68	0.0103	63.81	0.0066
Casado ou companheiro	22.66	0.0043	25.39	0.0126	24.49	0.0089	22.52	0.0057
Acesso à internet	87.62	0.0034	92.92	0.0075	85.00	0.0074	68.98	0.0064
Possui celular	97.19	0.0018	96.89	0.0051	95.79	0.0043	95.41	0.0030
Sindicato	30.97	0.0048	37.33	0.0138	11.66	0.0064	9.45	0.0040
Horas trab principal	41.86	0.0738	37.64	0.2378	38.15	0.2138	41.38	0.1571
Trabalho novo	10.41	0.0031	6.70	0.0070	15.86	0.0077	6.35	0.0034
Mais que 10 empregados	84.47	0.0037	0.00	0	33.71	0.0100	0.00	0
Norte	3.36	0.0012	3.98	0.0035	8.74	0.0042	5.43	0.0022
Nordeste	8.61	0.0024	19.27	0.0101	16.13	0.0070	12.51	0.0041
Sudeste	62.59	0.0046	52.55	0.0141	49.72	0.0103	52.83	0.0068
Sul	17.65	0.0035	15.55	0.0093	13.78	0.0066	18.35	0.0050
Centro-oeste	7.79	0.0021	8.66	0.0060	11.63	0.0052	10.88	0.0034
% recebe renda aposentadoria	2.82	0.0018	3.32	0.0047	4.73	0.0046	4.34	0.0028
Renda aposentadoria(1/1000)	5.09	0.0038	8.73	0.0153	10.10	0.0130	9.17	0.0093

¹⁰ Ver nota de rodapé número 5.

Continuação tabela 4.1.2: Estatísticas Descritivas do percentil 75. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.

Percentil 75	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
% recebe renda pensão	0.97	0.0010	1.98	0.0039	1.64	0.0027	1.57	0.0017
Renda pensão (1/1000)	0.93	0.0012	1.93	0.0045	1.70	0.0037	1.68	0.0024
Idade começou trab	16.26	0.0364	17.43	0.1170	16.58	0.0849	15.20	0.0568
<u>Info Trabalho Anterior (no ano)</u>								
Emigrou no último ano	0.32	0.0005	0.21	0.0011	0.54	0.0015	0.25	0.0007
Teve outro trabalho	5.98	0.0024	3.15	0.0051	8.01	0.0057	3.23	0.0024
Teve carteira assinada	2.67	0.0017	0.93	0.0027	2.36	0.0031	1.08	0.0014
Recebeu seguro desemprego	0.83	0.0009	0.08	0.0006	1.13	0.0023	0.58	0.0010
Nº de observações	12354		1682		3472		7548	
Total populacional	7014936		847816		1564814		3617760	

Fonte: PNAD 2012. Nota: As estatísticas descritivas foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais. As variáveis “renda de aposentadoria” e “renda de pensão” representam as médias mensais divididas por 1000, calculadas apenas para os indivíduos com renda diferente de zero.

É curioso notar a significativa participação do setor informal, muitas vezes tido como opção de último recurso dos trabalhadores. Na amostra que representa apenas os 5% da população que ganham mais rendimentos no trabalho principal no Brasil, estes “trabalhadores de último recurso” representam 11% da amostra, um número extremamente relevante. Com esse resultado, fica difícil acreditar que esse setor constitui-se unicamente em uma fonte de absorção de mão de obra. Além disso, a percepção de Cacciamali e Fernandes (1993) de que os salários médios auferidos pelos assalariados do mercado de trabalho regulamentado são bem mais elevados do que aqueles percebidos pelos assalariados sem carteira de trabalho

assinada pelo empregador é colocada em cheque tanto no percentil 95 quanto no percentil 75.

Esses trabalhadores informais recebem mensalmente no quantil superior, em média, R\$ 8694,00, salário esse que se estreita com o do setor formal, R\$ 8821,00. A despeito de auferirem R\$ 127,00 a menos que os trabalhadores formais, os trabalhadores informais trabalham, em média, 2,88 horas (2h52min) semanais a menos que esses. Soma-se a isso o fato de que as pessoas que trabalham sem contrato formal não pagam (necessariamente) taxas e contribuições para a Previdência Social, além de tributos ao governo. Como há evidente ausência de fiscalização rigorosa por parte das autoridades governamentais, a *série de benefícios* da carteira assinada pode não compensar, devido à *série de deveres* que esta imputa. Essa afirmação é corroborada pela contínua taxa de desemprego baixa no país, acompanhada de estagnação na ilegalidade laboral.

Além disso, existe no Brasil, além de uma percepção de que qualquer atividade econômica é melhor que não atividade (Loyola, 2006), um juízo de valor, permitido pela Justiça do Trabalho, que possibilita que o sistema funcione para os trabalhadores informais como uma “legalidade *ex-post*”. Assim, os empregadores são incentivados a pagar os benefícios previstos na lei mesmo quando o contrato de trabalho não é formal (NERI, 2002). Estar no setor informal virou, portanto, sinônimo de benefícios garantidos pela justiça *ex-post*, mais abertura para a evasão fiscal de empregadores e empregados.

O nível de escolaridade dos trabalhadores sem carteira de trabalho, tal como diz a literatura nacional [Cacciamali e Fernandes (1993), Fernandes (1996), Neri (2002), Tannuri-Pianto e Pianto (2002)], é menor, em média, que o nível dos trabalhadores formais. Todavia, essa diferença é muito minguada e extremamente pequena. O que surpreende é que essa discrepância é maior no quantil que representa os 5% da população que auferem mais recursos, em que, em média, os trabalhadores formais têm 14,39 anos de estudo e os informais 13,78. No percentil 75, essa diferença de educação é quase imperceptível, equivalendo a 0,07 ano. Além disso, Menezes-Filho *et al.* (2004), concluem que condicionado ao nível de escolaridade, o salário informal é mais elevado que o formal, o que vai de encontro aos nossos resultados, inclusive para a amostra populacional mais ampla (apêndice 4.1.3). Nessa amostra,

o setor formal tem, em média, 9,87 anos de educação, contra 8,76 anos do setor informal (menor, portanto, que no percentil 95).

Esse resultado também dá espaço para a ratificação de visões como a de Soares (2004) que apresenta evidências de que o retorno à educação, não importando qual grau de escolaridade (incluindo fundamental incompleto), é elevado e muito semelhante tanto no setor formal quanto no informal. Ademais, podemos ir além e dar embasamento às conclusões de Tannuri-Pianto e Pianto (2002), em que o retorno ao ensino superior é mais elevado no setor formal, mas apenas para trabalhadores localizados nos quintis inferiores; para os quintis mais elevados, os retornos são maiores para os trabalhadores informais. Em uma análise de custo e benefício e também da utilidade do lazer, estar no setor informal, primordialmente no percentil 95, mostra-se mais vantajoso que estar no setor formal.

A amostra mais abrangente (apêndice 4.1.3) totaliza 137666 observações, sendo 64307 do setor formal, 34303 do setor informal, 35208 do setor conta-própria e 3848 servidores públicos formais. Com os pesos amostrais, isso significa um total de 56.350.340 pessoas, sendo que 55% estão localizados no setor formal, 17,1% no setor informal, 24,5% no setor conta própria e somente 3,4% no setor público formal. O rendimento mensal médio no setor formal é de R\$ 1439,00 e R\$ 1062,00 no setor informal, intervalo seriamente mais profundo que no percentil 95 e também no 75, onde os trabalhadores que têm carteira assinada recebem, em média, R\$ 3089,00 e os sem essa formalização R\$ 2944,00. Este dado sugere, que, de fato, há um contingente populacional menos qualificado que se abriga na informalidade por não ter opção, tal como propõe Fiess *et al.* (2010). No entanto, existem atributos claramente não observáveis nessa avaliação incondicional simplista, por exemplo, os trabalhadores do setor informal na amostra populacional labutam 3,76 horas (3h45min) a menos que os trabalhadores formais, o que pode revelar uma preferência pelo lazer.

Esses dados empíricos corroboram a perspectiva apresentada por Güenther e Launov (2012), em que há uma estrutura dual no mercado de trabalho informal. O setor informal seria composto por dois indivíduos: aqueles que gostariam de mudar para um emprego formal e os indivíduos que não têm qualquer incentivo de fazê-lo (os que são apresentados na tabela 4.1.2). Partindo de uma perspectiva da pobreza,

isto significa que a informalidade é simultaneamente uma causa e uma consequência da pobreza.

Os servidores públicos formais extraem, na amostra populacional e em média mensal, R\$ 612,00 a mais que a média de todo o setor formal, e trabalham, em média, 4,78 horas (4h46min) a menos que estes corroborando as hipóteses de um serviço público inchado e ineficiente, o “oásis trabalhista” do Brasil. É com fundamento nessa desconformidade que muitos autores preferem não trabalhar com esse setor, como em Tannuri-Pianto e Pianto (2002 e 2014) e Pero (1992). Pero explica que a exclusão dos empregados vinculados a atividades relacionadas ao setor público é justificada pelo fato de estes serem regidos por um estatuto próprio, não comparável ao restante dos setores. Contudo, como desejamos sondar soluções para atenuar a desigualdade social do Brasil através da fração mais rica, excluir os servidores públicos deste estudo causaria uma distorção expressiva em termos de prescrições de políticas públicas eficazes, já que é uma população que, muitas vezes, como veremos nas próximas seções, comete graves evasões fiscais, especialmente no setor informal.

No mais, vemos uma estatística bastante animadora no setor público formal: em todas essas amostras, seja a do percentil 95, 75 ou de toda a população, as mulheres auferem nesse setor a maior representatividade em relação aos outros, já que a escolha para ingresso é por meio de uma avaliação imparcial que acaba abrangendo mais universalmente a população e ultrapassando discriminações. A admissão desse setor específico dá margem à modificação da literatura acadêmica, que é consensual em afirmar que trabalhadores do sexo feminino apresentam uma probabilidade maior de possuir um contrato informal de trabalho [Funkhouser (1996), Ozorio de Almeida, Alves e Graham (1995), Marcouiller, Ruiz de Casilla e Woodru (1997), Freije (2001), Márquez e Pagés (1998) e Corbacho (2000) em Ulyssea (2005)]. Pelo nosso estudo, na média, essas mulheres têm maior representatividade no setor público formal do que no informal, a despeito do fato de que a participação no setor informal predomina sobre os demais (formal e conta própria). Dessa maneira, não podemos simplesmente excluir os defeitos e as qualidades desse setor especial e o trataremos de maneira igual aos outros neste estudo.

O total de horas trabalhadas semanalmente no Brasil segue um padrão de classificação semelhante em todas as amostras. O setor formal aparece como o que, em média, trabalha mais horas, seguido do setor conta-própria, informal e, finalmente, do setor formal público. Em média, o trabalhador do setor formal, do segmento que ganha mais dinheiro no Brasil (percentil 95), trabalha 41,43 horas (41h25min) semanais; o trabalhador autônomo 39,32 horas (39h19min) por semana; o informal 38,55 horas (38h33min); e os servidores públicos com carteira assinada trabalham, em média, somente 37,73 horas (37h43min). Na amostra maior, que abrange toda população que decidimos considerar, a tendência é de mais tempo de trabalho para todos os setores. No percentil 75, o setor formal, o setor informal e os conta-própria trabalham em média, respectivamente, 41,86 horas (41h51min), 38,15 horas (38h9min) e 41,38 horas (41h22min), com forte estabilidade no setor público entre o percentil 75 e 95, culminando em apenas 37,64 horas (37h38min). É relevante notar que, em média, os conta-própria trabalham mais quando estão no percentil 75 que nos dois extremos que analisamos, a amostra total e o percentil 95.

Apesar de na amostra ampla os trabalhadores brancos constituírem, na média dos setores, aproximadamente 50% da população total, esses ocupam 77% dos postos de alto rendimento no Brasil. A quantidade de pardos no Brasil é quase equivalente a de brancos pela PNAD, entretanto, quanto mais alto é o quantil do log do salário-hora, menor é a presença desses trabalhadores, e esses sobressaem sempre no setor informal e conta-própria, indicando, incondicionalmente, possível segmentação no mercado de trabalho brasileiro mesmo em quantis superiores. Entretanto, essa diferença pode advir do fato de que os setores informal e conta-própria tem a possibilidade de remunerar melhor os indivíduos com níveis educacionais mais baixos. Portanto, essa sub-representação dos negros nos quantis superiores de renda não é necessariamente fruto de discriminação, mas talvez de características distintas observáveis. No estudo de Carneiro e Henley (2001) os brancos ganham 13% a mais no setor formal e 14% a mais no informal, enquanto as mulheres auferem 35% a menos que os homens no setor formal e 27% a menos no informal. Essas conclusões são possíveis e complementares às nossas, pois não analisamos a renda da mulher ou do negro condicionalmente, e sim, dos setores incondicionalmente.

A idade em que os trabalhadores começaram a trabalhar é, em média, maior no percentil 95 que no extrato populacional da PNAD e no percentil 75, sugerindo que o custo de oportunidade da população na amostra reduzida em estudar é menor que o da amostra na íntegra e o da amostra que abrange os 25% que ganham mais por hora. Entretanto, mais uma vez, os trabalhadores autônomos se destacam nesse quesito no percentil 95, apresentando uma média de idade de 16,84 anos, muito menor, portanto, que todos os outros setores desse quantil. A quantidade de pessoas que recebeu seguro desemprego é decrescente conforme aumenta o quantil da amostra, chegando a zero em praticamente todos os setores no percentil 95. Do mesmo modo que em Tannuri-Pianto e Pianto (2014), essa variável é incluída para captar o nível de dificuldade dos trabalhadores no período que precede a aceitação do trabalho em que estão no momento. A quantidade de pessoas que emigrou no último ano é pífia para todas as amostras averiguadas. Essa variável poderia indicar a ausência de informação ou tempo hábil para se inserir no mercado formal.

Em Pero (1992), o *status* salarial atinge seu ponto mais alto no grupo de trabalhadores com idade entre 46 e 55 anos, enquanto o grau de formalização alcança seu pico na faixa etária anterior (36-45). No percentil 95, que, pelo nosso estudo supomos que seja o *status* salarial mencionado por Pero, as idades variam de 42 anos (setor formal) a 46 anos (setor formal público). Dessa forma, neste quesito, os dados da PNAD de 2012 estão de acordo com os dados das PNADs utilizadas por Pero (de 1981 a 1989).

As diferenças regionais também são extremamente particulares. O nordeste, que possui na amostra total, em média, 24% da mão de obra do país nos quatro setores, tem apenas 13,1% da totalidade da mão de obra que extrai mais rendimentos, sendo que o total relativo de cidadãos que estão contidos na amostra reduzida é de somente 8,2% no setor formal. Esses dados vão de encontro a Pero (1992), que apresenta Fortaleza, juntamente com Belém (região norte), como as regiões metropolitanas que possuem maior grau de informalidade e menor hiato salarial. O norte, o centro-oeste e o nordeste apresentam uma participação relativa maior do setor informal na parte mais rica da população dentre as cinco regiões brasileiras. Não há dúvidas de que a população do sudeste seja a mais rica do Brasil. No quantil

mais alto, essa região possui, em média dos quatro setores, 56,84% da amostra reduzida. É interessante observar que, apesar da superioridade da população formalizada nessa região, os servidores públicos formais têm menor representatividade absoluta.

4.2 Particularizando os indivíduos: a CBO e a CNAE

4.2.1 A CBO domiciliar

Apesar de os resultados da análise descritiva ampla terem permitido conclusões e caracterizações bastante contundentes, ainda achamos que, para saber onde atuar com políticas públicas de repartição de dinheiro, precisamos desmembrar mais ainda esses trabalhadores já que a falta de detalhamento constitui a principal fragilidade do estudo de Tannuri-Pianto e Pianto (2014). Para isso, decidimos apurar de forma cuidadosa a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO domiciliar). A CBO domiciliar é a Classificação Brasileira de Ocupações feita para o âmbito de pesquisas domiciliares. Ela descreve e ordena as ocupações de forma hierarquizada, o que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação) (IBGE, 2014).

A grande ocorrência de indivíduos no setor informal e conta própria nos percentis elevados foi um fato que realmente chamou atenção nesse estudo. Os anos de estudo dos trabalhadores autônomos intrigam, especialmente na amostra do percentil 95. Como são os empreendedores do país que extraem mais rendimentos do trabalho, esperávamos encontrar apenas profissionais liberais nesse quantil superior, como advogados, que abrem seu próprio escritório, ou médicos, que possuem seu consultório. Contudo, a média de anos de estudo é 13 (menor média em relação aos outros setores), o que significa que esses indivíduos têm, na média, o ensino médio como formação educacional e, talvez, um curso técnico.

A CBO domiciliar é dividida em 10 grandes grupos, 48 subgrupos principais, 189 subgrupos e 507 grupos de base, contemplando um amplo universo de ocupações. Os resultados encontrados para a CBO domiciliar nos grandes grupos para o percentil 95 encontram-se na tabela 4.2.1.

Tabela 4.2.1: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO domiciliar) nos grandes grupos para o percentil 95.¹¹

Percentil 95 (em %)	Formal	Serv. público (CLT)	Informal	Conta própria
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	3.48	9.80	0
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	29.60	27.00	20.64	2.27
Profissionais das ciências e das artes	47.29	49.04	43.38	44.59
Técnicos de nível médio	9.91	6.31	11.31	17.81
Trabalhadores de serviços administrativos	3.66	13.74	6.90	0.54
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	3.91	0.00	5.16	14.23

¹¹ Os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais são divididos em dois grandes grupos pela CBO, o que aqui colocamos como grupo 1 e grupo 2. O grupo 1 tem como subgrupos os trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e supervisores da indústria da madeira, mobiliário e da carpintaria veicular; trabalhadores de funções transversais e supervisores de embalagem e etiquetagem. Já o grupo 2 tem como subgrupos os das indústrias de processos contínuos e outras indústrias, trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção, trabalhadores de instalações de e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos supervisores da fabricação de celulose e papel, trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo, operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água e outros trabalhadores elementares industriais.

Continuação da tabela 4.2.1: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO domiciliar) nos grandes grupos para o percentil 95.

Percentil 95 (em %)	Formal	Serv. público	Informal	Conta própria
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	0.15	0.00	0	7.80
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (1)	3.77	0.00	2.38	11.48
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (2)	0.68	0.00	0.30	0.29
Trabalhadores de reparação e manutenção	1.03	0.42	0.13	0.99

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais e as proporções foram feitas segundo análise setorial, *i. e.*, cada número representa a porcentagem de cada atividade em cada setor específico.

De plano, já nos deparamos com um número que nos parece estranho: 3,48% das pessoas que se encontram nessa parcela mais rica são membros das forças armadas formais, porém aproximadamente o triplo dessas pessoas (9,8%) são informais. Os números não são menos inusitados para a categoria que engloba membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, além de gerentes. Essa categoria, que deveria englobar boa parte do serviço público no país, é responsável por 20,64% da informalidade no percentil 95. Em todos os setores os profissionais das ciências e das artes têm grande destaque. Essa categoria é bastante ampla, abrangendo desde profissionais policientíficos a membros de cultos religiosos e afins como sub-principais.

A distribuição, mais uma vez, mostra-se bem mais homogênea no percentil 75, mais capaz de representar o Brasil em um ambiente macro. Os resultados encontrados para a CBO domiciliar no percentil 75 se encontram na tabela 4.2.2.

Tabela 4.2.2: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO domiciliar) nos grandes grupos para o percentil 75.

Percentil 75 (em %)	Formal	Serv. público (CLT)	Informal	Conta própria
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0.00	9.04	7.84	0
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	13.75	11.27	9.49	1.12
Profissionais das ciências e das artes	21.51	38.36	27.83	17.79
Técnicos de nível médio	13.18	11.36	13.58	11.88
Trabalhadores de serviços administrativos	13.39	20.41	9.59	0.36
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	10.94	4.62	13.64	24.56
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	1.17	0.00	1.45	8.92
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (1)	19.77	3.70	13.77	31.10
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (2)	1.83	0.55	0.49	0.70
Trabalhadores de reparação e manutenção	4.46	0.69	2.32	3.58

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais e as proporções foram feitas segundo análise setorial, *i. e.*, cada número representa a porcentagem de cada atividade em cada setor específico.

Na CBO domiciliar do percentil 75, encontramos algumas dessemelhanças em relação à do percentil 95. Dentro do grupo que incorpora os 5% mais ricos do Brasil, a maioria dos trabalhadores que atua por conta-própria é, como esperado, profissionais liberais com alto grau de escolarização, representando 44,59%, nomeados pela pesquisa como profissionais das ciências e das artes. Esse número cai para 17,79% no percentil 75, uma queda proporcional considerável, o que acaba caracterizando essa ocupação como a terceira mais abundante nos trabalhadores

autônomos nesse corte. Os técnicos de nível médio e os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (1) também têm certa relevância no percentil 95, representando quase um terço do total dentro desse setor. No percentil 75, esse destaque é ainda maior, constituindo mais de 40% do total de trabalhadores do setor conta-própria.

No percentil 95, tanto os setores formal e informal, quanto os servidores públicos que possuem carteira assinada, exibem a preponderância absoluta em termos percentuais de membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes e profissionais das ciências e das artes. Juntos, esses trabalhadores apresentam, separadamente em cada segmento, 76,89% do total do setor formal, 76,04% dos servidores públicos formais e 64,02% do setor informal. Sem embargo da importância dos profissionais das ciências e das artes permanecer no percentil 75, a divisão entre o resto das atividades se mostra mais equilibrada para os setores formal e informal em geral, com certa nuance nos servidores públicos de carteira assinada.

4.2.3 A CNAE domiciliar

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE domiciliar) é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas feita para ser utilizada no censo demográfico e nas demais pesquisas domiciliares. Relativo ao nosso estudo, a CNAE domiciliar age no ambiente da caracterização incisiva como um complemento à CBO domiciliar. A estrutura da CNAE domiciliar é um pouco distinta da CBO domiciliar, englobando seções, divisões, grupos e classes. A ordem de categorias encontra-se disposta de forma crescente quanto ao maior detalhamento, sendo a primeira a mais macro, descrita na tabela 4.2.3.

Tabela 4.2.3: Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE domiciliar) em seções para o percentil 95.

Percentil 95 (em %)	Formal	Serv. público (CLT)	Informal	Conta própria
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0.46	0.00	0.79	7.75
Pesca	0.00	0.00	0.00	0.00
Indústrias Extrativas	3.45	5.89	0.56	0.00

Continuação da tabela 4.2.3: Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE domiciliar) em seções para o percentil 95.

Percentil 95 (em %)	Formal	Serv. público (CLT)	Informal	Conta própria
Indústrias de Transformação	25.50	4.05	7.62	4.07
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1.37	6.08	0.70	0.00
Construção	5.52	1.25	2.68	3.39
Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	8.28	0.99	9.09	15.57
Alojamento e Alimentação	0.39	0.00	1.01	1.39
Transporte, Armazenagem e comunicações	5.95	2.78	5.37	7.70
Intermediação Financeira	9.74	25.05	3.56	1.46
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados Às Empresas	20.05	8.10	17.17	36.98
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0.00	26.02	22.74	0.00
Educação	9.79	7.08	5.26	1.39
Saúde e Serviços Sociais	6.74	11.87	17.77	14.63
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	2.61	0.42	4.96	5.68
Serviços Domésticos	0.00	0.00	0.22	0.00
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0.14	0.40	0.50	0.00

Fonte: PNAD 2012. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais e as proporções foram feitas segundo análise setorial, *i. e.*, cada número representa a porcentagem de cada atividade em cada setor específico.

Nesse percentil 95, o setor formal congrega boa parte de sua mão de obra nas atividades da indústria de transformação e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, findando em 45,55% juntos. Extraordinariamente, 22,74% dos trabalhadores informais estão ligados a atividades da administração pública, defesa e seguridade social contra 26,02% dos funcionários públicos formais, alarmando o grau de informalidade encontrado no setor público. Além dessa categoria, os informais se encontram predominantemente nas atividades imobiliárias

(17,17%) e em atividades conexas à saúde e aos serviços sociais (17,77%). Os conta-própria estão presentes hegemonicamente nas atividades de comércio e reparação de veículos automotores (15,57%), atividades imobiliárias (36,98%) e atividades relacionadas à saúde e aos serviços sociais (14,63%).

As estatísticas para o percentil 75 preservam grande parte dessas relações, a despeito de algumas mudanças pontuais significativas. A tabela 4.2.4 expõe esses dados.

Tabela 4.2.4: Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE domiciliar) em seções para o percentil 75.

Percentil 75 (em %)	Formal	Serv. público (CLT)	Informal	Conta própria
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	1.84	0.00	1.86	8.65
Pesca	0.02	0.00	0.04	0.25
Indústrias Extrativas	1.59	2.45	0.44	0.07
Indústrias de Transformação	26.39	1.40	7.28	6.46
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0.73	4.75	0.38	0.00
Construção	7.00	0.42	6.71	16.80
Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	15.75	0.52	9.91	22.28
Alojamento e Alimentação	2.09	0.00	1.69	4.02
Transporte, Armazenagem e comunicações	9.33	5.76	5.30	10.69
Intermediação Financeira	6.21	12.56	1.97	0.86
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados Às Empresas	14.46	4.05	11.38	16.21
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0.00	32.49	19.55	0.00
Educação	5.88	19.28	13.91	1.22
Saúde e Serviços Sociais	4.86	14.94	7.65	4.77
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	2.98	1.28	6.17	7.65
Serviços Domésticos	0.85	0.00	5.68	0.00
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0.03	0.10	0.08	0.07

Fonte: PNAD 2012. Nota: As porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais e as proporções foram feitas segundo análise setorial, *i. e.*, cada número representa a porcentagem de cada atividade em cada setor específico.

A CNAE domiciliar é elaborada de maneira distinta em relação à CBO domiciliar, proporcionando maiores quantidades de grandes grupos (seções na codificação da CNAE) e grandes grupos menos díspares em relação aos elementos que englobam. Por conseguinte, analisar o “problema” do indivíduo autônomo com escolarização média no percentil 95 é mais pontual. A importância do setor imobiliário e de administração pública é inegável, apesar de as proporções no percentil 75 mudarem drasticamente, equalizando mais a quantidade de atividades, porém ainda logrando 16,21% do setor conta-própria nas atividades imobiliárias de aluguéis e serviços prestados às empresas, e 19,55% dos informais na administração pública, defesa e seguridade social (contra 32,49% dos servidores públicos formais).

4.3 Afinal, quem são essas pessoas? Uma evidência focalizada

Ainda necessitamos esclarecer algumas dúvidas que os grandes grupos e as seções da CBO domiciliar e da CNAE domiciliar, respectivamente, não solucionaram. Afinal, quem são essas pessoas? A indagação principal, nesse contexto, é: falta maior fiscalização governamental? Quem são esses tantos trabalhadores informais e conta-própria que escapam da tributação brasileira, mesmo auferindo rendas em sua maioria superiores aos dos setores informal e formal público no percentil 95? Para respondermos a essa pergunta e conseguirmos fechar as lacunas do estudo de Tannuri-Pianto e Pianto (2014), abrimos os grupos de base mais significativos da CBO domiciliar para os quatro setores.

Tabela 4.3.1: As dez¹² ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Gerentes de áreas de apoio	104948	14.68
Gerentes de produção e operações	71724	10.03
Engenheiros civis e afins	40179	5.62
Professores do ensino superior	33401	4.67
Engenheiros mecânicos	31200	4.36
Médicos	29858	4.18
Engenheiros eletrônicos e afins	26098	3.65
Analistas de sistemas	25560	3.58
Advogados	18078	2.53
Contadores e auditores	16027	2.24

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

O setor formal não revela muitas surpresas quando observado em aspecto unilateral. As ocupações que desempenham maiores rendimentos mensais em um trabalho principal com carteira assinada no Brasil são as de gerentes de áreas de apoio, gerentes de produção e operações e engenheiros civis e afins. As duas primeiras ocupações se referem ao grande grupo que engloba membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes. A terceira ocupação se refere ao grande grupo dos profissionais das ciências e das artes liberais.

Tabela 4.3.2: As dez ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Serv. Públicos (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Gerentes de produção e operações	23395	14.66
Médicos	12821	8.03

¹² As tabelas completas para os grandes grupos da CBO domiciliar encontram-se nos apêndices 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4. Além disso, as tabelas completas das seções da CNAE domiciliar também podem ser encontradas nos apêndices 4.3.5, 4.3.6, 4.3.7 e 4.3.8.

Continuação tabela 4.3.2: As dez ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Serv. Públicos (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	9260	5.80
Analistas de sistemas	8359	5.24
Gerentes de áreas de apoio	8229	5.16
Contadores e auditores	5497	3.44
Engenheiros civis e afins	5201	3.26
Profissionais em pesquisa e análise econômica	4311	2.70
Enfermeiros de nível superior e afins	4056	2.54
Engenheiros eletrônicos e afins	3535	2.21

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais .

Novamente, unilateralmente, esses dados parecem não conter informações imprevistas. Assim como no setor formal, os gerentes são os trabalhadores majoritários, porém em menor participação relativa que no setor formal. Além disso, aqui contamos com a participação menor dos engenheiros civis formalizados e a maior participação dos contadores e auditores. Os médicos saem da sexta posição quantitativa que extrai mais rendimentos no setor formal para a segunda no segmento formal público.

Tabela 4.3.3: As dez ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor informal	Total populacional	% em relação ao setor
Médicos	28054	16.02
Gerentes de produção e operações	10372	5.92
Gerentes de áreas de apoio	8665	4.95
Representantes comerciais e técnicos de venda	7535	4.30
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	6497	3.71
Advogados	6420	3.67

Continuação tabela 4.3.3: As dez ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor informal	Total populacional	% em relação ao setor
Profissionais de <i>marketing</i> , publicidade e comercialização	6320	3.61
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4742	2.71
Engenheiros civis e afins	4292	2.45
Cabos e soldados da polícia militar	3823	2.18

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

São nessas estatísticas e nas estatísticas do setor conta própria que devemos centralizar nossas conclusões. Dentro do percentil 95 de distribuição da variável do log salário-hora, nós encontramos 28054 médicos que se declararam informais aos coletores de dados da PNAD 2012. Ou seja, 16,02% do universo de trabalhadores informais desse corte não têm carteira assinada ou qualquer vínculo com os benefícios e obrigações que essa acarreta. Repetidamente nos perguntamos: será que estes médicos, indivíduos com alto índice de escolaridade, utilizam o setor informal como um colchão por não terem oportunidades no setor formal? Nós observamos, na seção 4.1, que o salário dessas pessoas não é tão menor que o salário dos trabalhadores formais. Não veriam estes trabalhadores nesse setor mais vantagens?

Os gerentes novamente aparecem no topo da lista do setor, o que conduz à conclusão de que grande parte das pessoas que trabalham nessa área talvez não consiga empregos com carteira assinada de maneira tão acessível. A presença de cabos e soldados da polícia militar entre as ocupações dominantes no setor informal assinala conclusões plausíveis sobre a aposentadoria destes, porque é possível em idade mais curta em comparação com as demais ocupações. Pero (1992) realiza em seu estudo a indagação: os trabalhadores mais idosos preferem trabalhar sem vínculo empregatício formal? Nesse caso, há sérias razões para se supor que sim. Após se aposentarem, os trabalhadores relativos ao campo do exército, polícia e

bombeiros militares veem a possibilidade de obter ganhos extras sem que isso os impeça de obter a pensão de aposentadoria do governo.

Todavia, o que é realmente peculiar é a presença de 6420 dirigentes das áreas de apoio da administração pública e de 4742 escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos no segmento informal. Apesar de trabalharem no setor público, esses funcionários não obtêm o *privilégio* da carteira assinada. Esse número é assustador, pois representa 6,42% da população de todas as mais de 500 categorias da CBO domiciliar. Associando a CNAE domiciliar (apêndice 3.3.7), encontramos 36578 pessoas informais nos serviços coletivos prestados pela administração pública em âmbito estadual, juntamente com as atividades relacionadas à administração do Estado e da política econômica e social, de modo semelhante às esferas federal, estadual e municipal. Esse valor, dentro das classes da CNAE domiciliar, representa 20,89% das atividades no setor informal.

Tabela 4.3.4: As dez ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Advogados	54856	11.33
Médicos	29063	6.00
Representantes comerciais e técnicos de vendas	24052	4.97
Cirurgiões-dentistas	22416	4.63
Corretores de imóveis	19929	4.12
Engenheiros civis e afins	19441	4.01
Psicólogos e psicanalistas	10633	2.20
Contadores e auditores	10349	2.14
Arquitetos	8939	1.85
Gerentes de produção e operações	8416	1.74

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Suprimindo os representantes comerciais e técnicos de vendas, corretores de imóveis e os gerentes de produção e operações, todos os grupos de base são pertencentes ao grande grupo de profissionais das ciências e das artes, os

profissionais liberais, o que condiz com a estrutura esperada de maior escolaridade. Entretanto, os raros grupos de base que não compõem o grande grupo das ciências e das artes, englobam 52397 indivíduos, que correspondem a um total de 10,83% do setor conta própria que auferem rendimentos mais elevados no país. A quantidade de advogados e médicos é surpreendente: 83919 indivíduos declararam pertencer a esse setor para a PNAD 2012. Além de ganharem rendimentos muito superiores à média brasileira, esses trabalhadores pagam uma alíquota menor (22%) sobre seus ganhos que os indivíduos formais com o mesmo nível de renda (27,5%).

Se juntarmos com a quantidade de informais nos grupos de base que coincidem, a situação fica ainda mais calamitosa. O grupo de base dos médicos, que é o primeiro colocado no setor informal, representa o segundo lugar no setor conta própria. Juntos totalizam 57117 médicos contra 42406 médicos nos setores formal e formal público. O cálculo da evasão fiscal desse grupo deve resultar em um valor extremamente relevante, porém tal operação não cabe ao escopo desse trabalho.

O mesmo dado se expõe para os advogados, ainda que de forma mais alarmante: apenas 18078 se declaram advogados com carteira assinada, contra um total de 61276. Em termos de política pública, além da perda de receita governamental, esses dados demonstram uma perceptível desigualdade que tais práticas acarretam ao mercado de trabalho brasileiro, tornando-o o vetor de disparidades citado por Pero (1992), mesmo que não seja através da segmentação.

5. Amenizando as adversidades tributárias: a presença do Estado

5.1 A evasão fiscal

O problema que um indivíduo enfrenta é se deve ou não escapar de alguma parte de sua responsabilidade fiscal legal, dada alguma probabilidade de ser pego se optar pela evasão. É difícil acreditar que nesse percentil 95 estudado haja um erro de cálculo por parte da população em torno das contribuições tributárias, já que, desde o início, essas pessoas declaram-se objetivamente informais (podemos também aqui incluir os conta-própria), sabendo que seus deveres em relação à sociedade são diminutos.

Uma vasta literatura afirma que quanto mais jovem se é, maior a probabilidade de se evadir taxas.¹³ Nosso estudo, entretanto, chegou à resposta de que, no percentil que abrange os 5% da população brasileira que auferem mais renda, isso não se torna apropriado. A média de idade de quem é informal e está nesse quantil superior é de 42 anos e de quem se declara conta-própria é ainda maior, 45,77 anos. Consequentemente, as peculiaridades dessa cauda superior viesam estudos posteriores. Se focarmos na idade média dos informais e conta própria das demais amostras, veremos que quem foge da legalidade realmente tem média de anos inferiores. No percentil 75, os informais tem média de 38,15 anos e os conta-própria de 42,87 anos. Na amostra de toda a população, os informais têm, em média, 34,11 anos e os conta-própria 42,17 anos.

As autoridades fiscais se preocupam não só com a perda de receita corrente advinda da evasão fiscal, mas também com que sua existência promova desencanto maior ainda sobre os impostos e represente uma séria ameaça ao cumprimento voluntário (CLOTFELTER, 1983). Assim sendo, é necessário lidar com o problema de forma urgente e, como trabalhamos nessa monografia, de forma focalizada.

O maior anseio governamental deve ser por fiscalizar os grupos de maior destaque em pagamentos inferiores de alíquotas ou mesmo de maior destaque na evasão fiscal, como os médicos, advogados e servidores públicos não formalizados. Acreditamos que, apontando para esse grupo distinto os objetivos da ação governamental, possa-se atenuar o problema destacado por Pero (1992) sobre o rigor no cumprimento da legislação e sua possibilidade de gerar desemprego e não empregos de melhor qualidade.

O que ocorre no Brasil já foi destacado por Maloney (1999). Os trabalhadores têm motivos para não escolher um emprego formal, como a legislação de proteção do trabalho que culmina por ser um imposto implícito e as características intrínsecas ao trabalho informal/conta-própria, tais como maior flexibilidade de horário. Essa evasão fiscal é prejudicial ao sistema brasileiro e atinge primordialmente as pessoas distribuídas nos quantis baixos de renda, em que acreditamos que convivam com a segmentação do mercado de trabalho. O dinheiro retido por esses trabalhadores

¹³ Ver Vogel (1974), Spice e Lundstedt (1976), Song e Yarbrough (1978) e Ekstrand (1980).

informais do percentil 95 poderia ser usado em políticas de redistribuição para aliviar a desigualdade social sufocante no Brasil.

5.2 Sugestões de políticas públicas

Em primeiro lugar, admite-se que a estrutura burocrática brasileira segmenta o mercado de maneira mais contundente que a própria falta de instrução da população. Para fazer com que os indivíduos que estão na informalidade tanto de maneira voluntária quanto involuntária sejam transferidos para o mercado formal, são necessárias algumas reformas, polêmicas e antigas no país por seu atraso e falta de objetividade.

A primeira delas é a reforma tributária. A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo e atinge por volta de 38% do PIB do país. É necessário diminuir o número de impostos e simplificar todo o sistema, que envolve 50 impostos e centenas de leis. É de fundamental importância desonerar as pequenas e microempresas, a maioria das informais no país e também responsáveis pela maior parte dos empregos. Mas, nas grandes empresas que, porventura, permaneçam na informalidade, é necessária maior fiscalização e punição contra esse tipo de prática. Os indivíduos que pertencem ao percentil 95, por exemplo, recebem uma renda mensal em trabalho principal suficiente para pagar impostos como o resto da população.

Também se deve discutir a reforma trabalhista, em que o ponto principal consiste em flexibilizar as leis, que são atrasadas e extremamente rígidas, dificultando as contratações. Os países desenvolvidos realizaram essa reforma com extrema proeza. Começaram seu ataque à atividade informal fomentando o cumprimento voluntário de suas declarações tributárias por parte de seus cidadãos. Para alcançar esse objetivo, os formuladores de políticas públicas, nos mais diversos países desenvolvidos, perceberam que a chave principal para que a população tenha incentivos em cumprir suas obrigações tributárias, declarando suas atividades de forma oficial, está na boa utilização dos recursos das administrações públicas. A colaboração da população, geralmente alcançada quando se observa o bom uso de seus impostos no país, através de uma visão positiva da ação do

Estado, isenta o governo de operações assíduas de fiscalização. Assim sendo, o governo deve facilitar ao máximo o cumprimento das obrigações por parte dos cidadãos, implicando o menor transtorno possível.

É preciso reduzir a burocracia e tornar o caminho menos difícil para quem quer abrir uma empresa, afastando-as da ilegalidade. Hoje são necessários 152 dias e 17 procedimentos burocráticos para se abrir uma empresa no Brasil. Números absurdos como esses fazem com que o Brasil seja um dos piores países elencados pelo novo índice do Banco Mundial, o *Doing Business*, que mede, superficialmente, a facilidade de ser empreendedor nos mais diversos países do mundo. Foi criado há uma década e, desde então, o Brasil não conseguiu colocação melhor que a 110ª.

Para isso, podemos aprender com a experiência do Peru. No âmbito do registro de negócios, o Peru realizou reformas importantíssimas para estimular a formalização da economia, reduzindo o tempo para obtenção de licença de negócio de 300 dias para apenas 1 dia, o que diminuiu o custo de registro de US\$ 1200 para US\$ 174. Essas pequenas reformas tiveram um impacto inegável na atividade do país. Em apenas seis anos, 671 mil empresas e 558 mil empregos foram formalizados, houve uma economia de US\$ 700 milhões em despesas administrativas e, por fim, o aumento de US\$ 250 milhões de arrecadação nos três principais impostos do país.

Ademais das reformas estruturais, o Brasil necessita amplificar o seu sistema de fiscalização, além de conscientizar a população sobre os malefícios da atividade, paradoxalmente de grande aceitação social. Não há de se ter medo de taxar mais os médicos porque estes são nacionalmente conhecidos como carência nacional. Acreditamos que ao formalizar esses indivíduos e, conseqüentemente, aplicar neles o total de alíquota que os demais trabalhadores do setor formal são obrigados a pagar, não fará com que deixem de trabalhar. O mesmo vale para advogados e funcionários públicos sem carteira assinada. Além do processo de conscientização, se as punições se tornassem mais severas e fossem decididas rapidamente, a população entenderia com mais facilidade a importância de se resolver esse problema. E, por fim, não é só a população que deve entender o problema como questão primordial: falta conhecimento e vontade de fazer por parte do governo. Se o Estado desse prioridade a essa questão, tornar-se-ia mais fácil a criação de

políticas públicas que levam em conta a diferença de setores e percentis, possibilitando uma onda de mudanças rumo ao crescimento e à formalização, inclusive em seu próprio calcanhar de Aquiles, o setor público.

6. Considerações finais

Durante este trabalho fizemos as mais diversas identificações dos trabalhadores que auferem mais rendimentos em um trabalho principal no Brasil, sempre tendo por base os dados da PNAD do ano de 2012. Queríamos fechar uma lacuna deixada por Tannuri-Pianto e Pianto (2014) em termos de política pública, objetivando meios variados de atenuar a desigualdade social, que é tão crítica no país e pior do que se pensava com as novas descobertas de Medeiros *et al.* (2014), embasadas nos estudos de Piketty (2014).

Acreditamos que o percentil 95 da distribuição da variável log salário-hora é um bom corte para elucidar quem deveria ser o foco governamental, a fim de acabar com a grande evasão. Já nas nossas primeiras análises, corroboramos tanto a visão de segmentação do mercado de trabalho como a de um setor informal extremamente vantajoso e competitivo. Observamos os dados para o Brasil; comprovamos o setor público formal dilatado e ineficaz, além de percebermos um setor formal que, relativo às mais diversas características, como horas do trabalho principal, anos de educação, aceitação de pretos e mulheres, oferece menos incentivos que o setor conta-própria e o setor informal.

Para fins de políticas públicas, detalhamos os dados da Classificação Brasileira de Ocupação Domiciliar (CBO domiciliar) para grandes grupos e da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE domiciliar) para as seções e sentimos a necessidade de nos aprofundarmos ainda mais nos conjuntos que obtiveram mais destaque, por grande participação do setor informal e conta-própria, em locais adversos, como, por exemplo, o setor público. Para isso, trabalhamos com os dados dos grupos de base da CBO domiciliar e, mais lateralmente, com os dados das classes da CNAE domiciliar.

Encontramos dados curiosos. Em quase todos os setores, temos grande participação de gerentes em geral, tanto de áreas de apoio, como de áreas de

produção e operação, atribuindo grande destaque ao grupo de trabalhadores que se declararam pertencentes ao setor informal. Além disso, deparamo-nos com uma categoria de médicos que juntos nos setores informal e conta-própria totalizam 57117, maior, portanto, que nos setores formal e formal público, que culminam em 42406 médicos. Outrossim, o mesmo dado se expõe para os advogados, ainda de forma mais alarmante: apenas 18078 se declaram advogados com carteira assinada, contra um total de 61276 que não possuem carteira assinada.

Através da presença de cabos e soldados da polícia militar entre as ocupações dominantes no setor informal, pudemos assimilar conclusões acerca da aposentadoria desses (já que seu tempo de contribuição é menor que o tempo dos demais grupos de base). Após se aposentarem, os trabalhadores relativos ao campo do exército, polícia e bombeiros militares veem a possibilidade de obter ganhos extras sem que isso os impeça de obter a pensão de aposentadoria concedida pelo governo. Essa talvez seja uma falha constitucional que para ser modificada encontraria forte resistência na estrutura de carreira que caracteriza o segmento.

No mais, observamos a peculiar presença de 6420 dirigentes das áreas de apoio da administração pública e de 4742 escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos no segmento informal. Apesar de trabalharem no setor público, esses funcionários não obtêm o *privilégio* da carteira assinada. Associamos esses dados com os da CNAE domiciliar e encontramos 36578 pessoas informais nos serviços coletivos prestados pela administração pública em âmbito estadual juntamente com as atividades relacionadas à administração do Estado e à política econômica e social nas esferas federal, estadual e municipal.

Feita essa análise contextual, propomo-nos a discutir possíveis soluções governamentais através de experiências mundiais e da literatura acadêmica. Ressaltamos que, qualquer que seja a política adotada, vemos a necessidade de enfocar as novas soluções em torno dos setores que legalmente pagam menos alíquotas que seus semelhantes no setor formal: médicos, advogados e servidores públicos sem carteira assinada. Acreditamos que seja uma opção vantajosa para estes indivíduos estar no setor informal e não uma opção de último recurso, já que pertencem aos 5% que auferem mais rendimentos no trabalho principal no Brasil.

Assim sendo, é preciso tornar o setor formal mais vantajoso, diminuindo as cargas tributárias, que são consideradas abusivas no Brasil, flexibilizando as leis trabalhistas e diminuindo a enorme burocratização do país se comparada a outros Estados. Entretanto, chegamos à conclusão de que se pode fazer mais que isso: além de conscientizar a população dos males da evasão fiscal, é preciso rever a política tributária em torno das categorias específicas (médicos, advogados e servidores públicos que se declaram informais ou conta própria). Esta carga tributária perdida nesse processo poderia ser a solução para as políticas de redistribuição de renda e amenização das desigualdades sociais.

Como introduziu Piketty (2014), é impensável que o tema taxaço dos super-ricos seja um tabu de discussão no Brasil. É preciso maiores impostos em grandes fortunas e heranças e é preciso que tais medidas sejam aplicadas o quanto antes, pois, como demonstra a experiência internacional, se nada for feito, a tendência é sempre de maior concentração de riqueza e um desenvolvimento cada vez mais desigual. É evidente que no Brasil, a exemplo de várias outras regiões no mundo, os ricos se apropriam da maior parte do crescimento de renda e, com tantas evidências alarmantes, é importante estudar as consequências dessa concentração, que macrocéfala o luxo em detrimento da saúde e da educação.

Referências bibliográficas

AABERGE, R. e ATKING, A. Top Incomes in Norway. Oxford: Oxford University Press, p. 81-448, 2010.

ACEMOGLU, D. Good Jobs versus Bad Jobs. *Journal of Labor Economics*, v.19 (1), 2001.

ALVAREDO, F. The rich in Argentina Over the Twentieth Century: 1932-2004. Oxford: Oxford University Press, p. 98-253, 2010.

ALVAREDO, F.; ATKINSON A., PIKETTY, T. e SAEZ, E. The Top 1 Percent in International and Historical Perspective. *Journal of Economic Perspectives*, v. 27(3), p. 20-3, 2013.

AMARAL, P. S. e QUINTIN, E. A Competitive Model of the Informal Sector. *Journal of Monetary Economics*, v. 53, p. 1541-1553, 2006.

BALTAR, P.R. e SOUZA, P.E. Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 9 (3), 1979.

BARMY, T.; BELGHITAR, Y e PARKER, S.C. Wage Uncertainty and the Labour Supply of Self-Employed Workers. *The Economic Journal*, v. 115 (502), p. C190-C207, 2005.

BARROS, R.; CURY, S. e ULYSSEA, G. A Desigualdade de Renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma Análise Comparativa Usando PNAD, POF e Contas Nacionais. In: Barros, R.; Foquel, M. e Ulysseia, G. editors. *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise de Queda Recente*. Brasília: Ipea, 2006.

BOSCH, M. e ESTEBAN-PRETEL, J. Job Creation and Job Destruction in the Presence of informal markets. *Journal of Development Economics*, v.98, p. 270-286, 2012.

CACCIAMALI, M.C. e FERNANDES, R. Distribuição dos Trabalhadores e Diferenciais de Salários entre os Mercados de Trabalho Regulamentado e Não-Regulamentado. *Pesquisa Planejamento Econômico*, v. 23(1), 135-156, 1993.

CLOTFLETER, R.T. Tax Evasion and Tax Rates: An Analysis of Individual Returns. *Review of Economics and Statistics*, v.65(3), p.363-373, 1983.

FERNANDES, O.J. Economia – Brasil Dividido. *Desafios do Desenvolvimento*, 4ª ed. Brasília: Ipea, 2004.

FERNANDES, R. Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.26(3),1996.

FERREIRA, F. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional”. Rio de Janeiro: PUC, fev 2000. (Texto para discussão n. 415)

FISHLOW, A. Brazilian Size Distribution of Income. American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, p. 391-402, 1972.

FIESS, N.M; FUGAZZA, M. e MALONEY, W.F. Informal Self-employment and Macroeconomic Fluctuations. *Journal of Development Economics*, v.91, p.211-226, 2010.

HOFFMANN, R. A Subdeclaração dos Rendimentos. *São Paulo em perspectiva*, v. 2(1), p. 50-4, 1988.

HOFFMANN, R. e NEY, MG. A Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Análise de Dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Econômica*, v. 10(1), p. 7-39, 2008.

LANGONI, C.G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LOYOLA, L. A Riqueza Falsificada. *Revista Época*, 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR74273-6009,00.html>. Acesso: 27/05/2014.

LLUCH, C. Sobre Medições de Renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12(1), p. 48-133, 1982.

MEDEIROS, M.; SOUZA; P.H.G.F. e CASTRO, F. A. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, no prelo, 2014.

MCKINSEY&COMPANY. Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil. São Paulo, 2004.

MENEZES-FILHO, N.A; MENDES, M e ALMEIDA, E.S. O Diferencial de Salários Formal – Informal: Segmentação ou Viés de Seleção? *Revista Brasileira de Economia*, 58(2): 235-248, 2004.

NERI, M.C. Decent Work and the Informal Sector in Brazil. EPGE, 2002 (Ensaio econômico, 461).

NORONHA, E. G. « INFORMAL », ILEGAL, INJUSTO: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil. *RBCS*, v. 18(53), 2003.

PERO, V.L. A Carteira de Trabalho no Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro. *Pesquisa Planejamento Econômico*, 22(2): 305-342, 1992.

PIKETTY, T. Capital in the Twenty-first Century. 1^a ed. Boston: Harvard University Press. 696 p., 2014

RAMOS, C.A. Economia do Trabalho Modelos Teóricos e o Debate no Brasil. Curitiba: Editora CRV. 516 p., 2012.

SAEZ, E. Income and Wealth Concentration in Historical and International Perspective. New York: Russell Sage Foundation, p. 58- 221, 2006.

SOARES, F.V. Some Stylized Facts of the Informal Sector in Brazil. IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1.020).

SOTO, H. El Otro Sendero: La Revolución Informal. Peru: Editorial El Barranco, 1986.

SOUZA, P. A Distribuição de Renda nas Pesquisas Domiciliares Brasileiras: Harmonização e Comparação entre Censos, PNADs e POFs. Brasília: IPEA, 2013.

SILVA, P.L.; PESSOA, D. e LILA, M. Análise Estatística de Dados da PNAD: Incorporando a Estrutura do Plano Amostral. *Ciênc. saúde coletiva*, v.7(4). Rio de Janeiro, 2002.

TANNURI-PIANTO, M. E. e PIANTO, D. Informal Employment in Brazil – a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. 2002, mimeo.

_____. Mercado de Trabalho Informal no Brasil: Escolha ou Segmentação?. 2014, mimeo.

ULYSSEA, G. Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro : uma resenha da literatura, IPEA, (Texto para Discussão 1070), 2005.

Apêndices

Apêndice 3.1.1 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora para toda a amostra da PNAD.

```
. summarize log_sal_hora_tp , detail
```

log_sal_hora_tp				
	Percentiles	Smallest		
1%	-.4203537	-5.900993		
5%	.495937	-5.746842		
10%	.8684197	-5.718671	Obs	156818
25%	1.263192	-5.629059	Sum of Wgt.	156818
50%	1.605599		Mean	1.744377
		Largest	Std. Dev.	.8962406
75%	2.154165	7.922486		
90%	2.847312	7.963308	Variance	.8032472
95%	3.358138	7.963308	Skewness	.5035409
99%	4.387757	8.992928	Kurtosis	6.897495

Apêndice 3.1.2 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora com corte no percentil 95.

```
. summarize log_sal_hora_tp , detail
```

log_sal_hora_tp				
	Percentiles	Smallest		
1%	3.381855	3.366106		
5%	3.422676	3.366106		
10%	3.453448	3.367617	Obs	5421
25%	3.540459	3.368088	Sum of Wgt.	5421
50%	3.816968		Mean	3.896327
		Largest	Std. Dev.	.4536148
75%	4.090506	7.142327		
90%	4.45675	7.430009	Variance	.2057664
95%	4.744432	7.430009	Skewness	1.882116
99%	5.43758	7.606633	Kurtosis	9.336073

Apêndice 3.1.3 Estatísticas univariadas para a variável do log salário-hora no percentil 75.

```
. summarize log_sal_hora_tp , detail
```

log_sal_hora_tp				
Percentiles		Smallest		
1%	2.154165	2.154165		
5%	2.154165	2.154165		
10%	2.218704	2.154165	Obs	36719
25%	2.346537	2.154165	Sum of Wgt.	36719
			Mean	2.796434
50%	2.664991		Std. Dev.	.5847629
		Largest		
75%	3.134994	7.142327		
90%	3.620502	7.430009	Variance	.3419476
95%	3.964274	7.430009	Skewness	1.385341
99%	4.639072	7.606633	Kurtosis	5.515901

Apêndice 4.1.3 Estatísticas descritivas para toda população do estudo. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.

Toda população	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Log salário hora	1.85	0.0034	2.20	0.0153	1.57	0.0063	1.77	0.0066
Renda mês (reais)	1439	7.81	2051	42.32	1062	12.13	1484	25.46
Idade (anos)	34.42	0.0523	39.43	0.2124	34.11	0.0992	42.17	0.0805
Educação (anos)	9.87	0.0169	11.51	0.0678	8.76	0.03	8.04	0.0291
Fundamental incompleto	20.48	0.0019	11.61	0.0061	33.04	0.0038	40.68	0.0034
Fundamental	17.16	0.0018	8.09	0.0052	19.21	0.0032	18.68	0.0027
Médio	49.43	0.0024	46.40	0.0096	37.17	0.0039	30.71	0.0032
Superior	12.04	0.0016	30.94	0.0089	9.77	0.0024	9.29	0.0021
Pós-graduação	0.62	0.0004	2.17	0.0029	0.52	0.0006	0.52	0.0005
Analfabeto	1.44	0.0005	1.21	0.0020	5.68	0.0018	5.50	0.0015
Frequenta escola	9.39	0.0014	12.25	0.0062	13.48	0.0027	3.27	0.0012
Mulher	38.17	0.0023	55.62	0.0095	38.19	0.0039	34.80	0.0033
Branco	51.79	0.0024	56.07	0.0094	41.79	0.0040	46.51	0.0034
Preto	9.07	0.0013	8.88	0.0052	9.56	0.0024	8.47	0.0019
Pardo	38.38	0.0023	34.05	0.0089	47.90	0.0040	44.21	0.0034
Chefe domicílio	43.38	0.0024	45.04	0.0095	39.77	0.0040	57.22	0.0034
Casado ou companheiro	23.05	0.0020	28.56	0.0088	21.53	0.0033	25.98	0.0030

Continuação do apêndice 4.1.3 Estatísticas descritivas para toda população do estudo. Médias Amostrais Ponderadas e Desvios-Padrão.

Toda população	Setor Formal		Serv. Públicos (CLT)		Setor Informal		Conta Própria	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Possui celular	92.77	0.0013	93.54	0.0049	84.28	0.0030	86.04	0.0024
Sindicato	21.65	0.0020	27.95	0.0085	5.63	0.0018	6.80	0.0017
Horas trab principal	43.14	0.0414	38.36	0.1698	39.38	0.1009	39.93	0.1066
Trabalho novo	21.79	0.0019	11.47	0.0061	35.12	0.0039	9.90	0.0021
Mais que 10 empregados	75.01	0.0021	0	0	25.29	0.0036	0.00	0
Norte	4.80	0.0007	4.29	0.0025	9.79	0.0018	9.00	0.0015
Nordeste	15.69	0.0015	22.29	0.0073	31.10	0.0036	26.79	0.0029
Sudeste	53.72	0.0023	52.10	0.0095	38.54	0.0042	41.91	0.0035
Sul	17.63	0.0017	15.08	0.0062	11.67	0.0025	14.04	0.0023
Centro-oeste	8.16	0.0010	6.24	0.0034	8.89	0.0019	8.26	0.0015
% recebe renda aposentadoria	1.56	0.0006	2.20	0.0027	2.62	0.0014	4.24	0.0014
Renda aposentadoria (1/1000)	2.08	0.0010	4.68	0.0072	3.80	0.0027	5.43	0.0029
% recebe renda pensão	1.88	0.0007	2.43	0.0030	2.44	0.0012	2.80	0.0011
Renda pensão (1/1000)	1.01	0.0005	1.70	0.0026	1.40	0.0011	2.07	0.0011
Idade começou trab	15.85	0.0176	16.77	0.0857	15.48	0.0352	14.53	0.0308
<u>Info Trabalho Anterior (no ano)</u>								
Emigrou no último ano	0.31	0.0003	0.14	0.0006	0.49	0.0005	0.26	0.0003
Teve outro trabalho	10.16	0.0014	4.28	0.0038	14.02	0.0028	4.13	0.0014
Teve carteira assinada	4.14	0.0009	1.46	0.0022	4.46	0.0017	1.42	0.0008
Recebeu seguro desemprego	1.87	0.0006	0.52	0.0013	2.62	0.0013	0.91	0.0007
Nº de observações	64307		3848		34303		35208	
Total populacional	30700000		1921846		9928494		13800000	

Fonte: PNAD 2012. Nota: As estatísticas descritivas foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais. As variáveis “renda de aposentadoria” e “renda de pensão”

representam as médias mensais divididas por 1000, calculadas apenas para os indivíduos com renda diferente de zero.

Apêndice 4.3.1 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Gerentes de áreas de apoio	104948	14.68
Gerentes de produção e operações	71724	10.03
Engenheiros civis e afins	40179	5.62
Professores do ensino superior	33401	4.67
Engenheiros mecânicos	31200	4.36
Médicos	29858	4.18
Engenheiros eletrônicos e afins	26098	3.65
Analistas de sistemas	25560	3.58
Advogados	18078	2.53
Contadores e auditores	16027	2.24
Diretores de áreas de apoio	15495	2.17
Professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	12576	1.76
Diretores gerais	10081	1.41
Diretores de áreas de produção e operações	9362	1.31
Profissionais em pesquisa e análise econômica	8538	1.19
Engenheiros químicos	7429	1.04
Administradores	6645	0.93
Profissionais de <i>marketing</i> , publicidade e comercialização	5570	0.78
Farmacêuticos	5362	0.75
Enfermeiros de nível superior e afins	4815	0.67
Engenheiros em computação - desenvolvedores de <i>software</i>	4693	0.66
Agrônomos e afins	4285	0.60
Psicólogos e psicanalistas	3415	0.48
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	3235	0.45

Continuação do apêndice 4.3.1 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Profissionais da administração econômico-financeira	3125	0.44
Professores de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental	3058	0.43
Profissionais do jornalismo	2963	0.41
Arquitetos	2562	0.36
Cirurgiões-dentistas	2343	0.33
Profissionais de recursos humanos	2326	0.33
Secretárias executivas e bilingues	2131	0.30
Outros engenheiros, arquitetos e afins	2124	0.30
Programadores de informática	2082	0.29
Especialistas em informática	2042	0.29
Químicos	1834	0.26
Professores com educação infantil (com formação de nível superior)	1684	0.24
Especialistas em editoração	1684	0.24
Engenheiros de minas	1618	0.23
Nutricionistas	1607	0.22
Geólogos e geofísicos	1514	0.21
Professores de educação física	1362	0.19
Biólogos e afins	1360	0.19
Especialistas em computação	1332	0.19
Professores de disciplinas da educação geral de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental (com formação de nível superior)	1324	0.19
Professores e instrutores do ensino profissional	1234	0.17
Escritores e redatores	1208	0.17
Engenheiros de materiais	1041	0.15
Profissionais da navegação aérea	1000	0.14
Assistentes sociais e economistas domésticos	943	0.13
Engenheiros mecânicos	934	0.13
Oficiais de máquinas	837	0.12
Produtores de espetáculos	706	0.10

Continuação do apêndice 4.3.1 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Oficiais de convés	644	0.09
Atores, diretores de espetáculos e afins	644	0.09
Locutores e comentaristas	643	0.09
Fisioterapeutas e afins	410	0.06
Veterinários	291	0.04
Decoradores de interiores e cenógrafos	291	0.04
Engenheiros metalúrgicos	228	0.03

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.2 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Serv. Públicos (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Gerentes de produção e operações	23395	14.66
Médicos	12821	8.03
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	9260	5.80
Analistas de sistemas	8359	5.24
Gerentes de áreas de apoio	8229	5.16
Contadores e auditores	5497	3.44
Engenheiros civis e afins	5201	3.26
Profissionais em pesquisa e análise econômica	4311	2.70
Enfermeiros de nível superior e afins	4056	2.54
Engenheiros eletrônicos e afins	3535	2.21
Assistentes sociais e economistas domésticos	3534	2.21
Arquitetos	3086	1.93
Advogados	2904	1.82
Engenheiros químicos	2851	1.79
Profissionais da informação	1776	1.11

Continuação do apêndice 4.3.2. Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Serv. Públicos (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Cirurgiões-dentistas	1570	0.98
Professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	1570	0.98
Secretárias executivas e bilingues	1541	0.97
Agrônomos e afins	1533	0.96
Professores do ensino superior	1421	0.89
Profissionais de recursos humanos	1171	0.73
Professores de disciplinas da educação geral de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental (com formação de nível superior)	1154	0.72
Profissionais de metrologia	1132	0.71
Delegados de polícia	1132	0.71
Engenheiros em computação - desenvolvedores de <i>software</i>	1052	0.66
Engenheiros mecânicos	1047	0.66
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	837	0.52
Diretores gerais	751	0.47
Engenheiros agrimensores e de cartografia	731	0.46
Dirigentes de produção e operações da administração pública	643	0.40
Fisioterapeutas e afins	589	0.37
Diretores de áreas de apoio	580	0.36
Professores da educação infantil (com formação de nível superior)	522	0.33
Procuradores de empresas e autarquias	522	0.33
Biólogos e afins	446	0.28
Arquivologistas e museólogos	409	0.26
Nutricionistas	390	0.24
Farmacêuticos	337	0.21
Especialistas em computação	290	0.18
Administradores	258	0.16

Continuação do apêndice 4.3.2 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Serv. Públicos (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Veterinários	232	0.15
Diretores de áreas de produção e operações	228	0.14
Programadores de informática	228	0.14
Psicólogos e psicalistas	228	0.14

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.3: Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor informal	Total populacional	% em relação ao setor
Médicos	28054	16.02
Gerentes de produção e operações	10372	5.92
Gerentes de áreas de apoio	8665	4.95
Representantes comerciais e técnicos de venda	7535	4.30
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	6497	3.71
Advogados	6420	3.67
Profissionais de <i>marketing</i> , publicidade e comercialização	6320	3.61
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4742	2.71
Engenheiros civis e afins	4292	2.45
Cabos e soldados da polícia militar	3823	2.18
Subtenentes e sargentos da polícia militar	3563	2.04
Dirigentes gerais da administração pública	3448	1.97
Engenheiros eletroeletrônicos e afins	3203	1.83
Cirurgiões-dentistas	3046	1.74

Continuação do apêndice 4.3.3: Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor informal	Total populacional	% em relação ao setor
Analistas de sistemas	2919	1.67
Diretores de áreas de apoio	2918	1.67
Desenhistas técnicos e modelistas	2763	1.58
Professores do ensino superior	2720	1.55
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	2633	1.50
Legisladores	2317	1.32
Profissionais do jornalismo	2316	1.32
Coronéis, tenentes-coronéis e majores da polícia militar	2277	1.30
Técnicos em turismo	2264	1.29
Arquitetos	2075	1.19
Secretários de expediente e estenógrafos	1950	1.11
Corretores de imóveis	1945	1.11
Tenentes da polícia militar	1775	1.01
Tenentes do corpo de bombeiros	1775	1.01
Capitães da polícia militar	1753	1.00
Diretores gerais	1612	0.92
Escriturários de contabilidade	1559	0.89
Enfermeiros de nível superior e afins	1386	0.79
Administradores	1262	0.72
Professores de educação infantil (com formação de nível superior)	1132	0.65
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	1132	0.65
Técnicos em programação	1041	0.59
Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco)	1041	0.59
Supervisores de serviços administrativos (exceto contabilidade e controle)	1031	0.59
Escriturários de finanças	1020	0.58
Nutricionistas	1019	0.58
Professores e instrutores do ensino profissional	806	0.46
Serventuários da justiça e afins	779	0.44
Fisioterapeutas e afins	758	0.43

Continuação do apêndice 4.3.3: Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CBO domiciliar para o percentil 95.

Setor informal	Total populacional	% em relação ao setor
Subtenentes e sargentos do corpo de bombeiros	756	0.43
Professores de disciplina da educação geral do ensino médio	737	0.42
Locutores e comentaristas	688	0.39
Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes	644	0.37
Compositores, músicos e cantores	643	0.37
Técnicos de operações e serviços bancários	643	0.37
Técnicos esportivos	643	0.37
Coronéis, tenentes-coronéis e maiores de bombeiro militar	624	0.36
Juízes e desembargadores	582	0.33
Profissionais em pesquisa e análise econômica	580	0.33
Contadores e auditores	532	0.30
Cabos e soldados do corpo de bombeiros	522	0.30
Psicólogos e psicanalistas	456	0.26
Almoxarifes e armazenistas	446	0.25
Engenheiros mecânicos	409	0.23
Técnicos em contabilidade	409	0.23
Agrônomos e afins	334	0.19
Assistentes sociais e economistas domésticos	334	0.19
Dirigentes e administradores de organizações de interesse público	300	0.17
Farmacêuticos	291	0.17
Caixas de banco e operadores de câmbio	291	0.17
Praças especiais da polícia militar	290	0.17

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.4 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Advogados	54856	11.33
Médicos	29063	6.00
Representantes comerciais e técnicos de vendas	24052	4.97
Cirurgiões-dentistas	22416	4.63
Corretores de imóveis	19929	4.12
Engenheiros civis e afins	19441	4.01
Psicólogos e psicanalistas	10633	2.20
Contadores e auditores	10349	2.14
Arquitetos	8939	1.85
Gerentes de produção e operações	8416	1.74
Desenhistas industriais (<i>designer</i>), escultores, pintores e afins	7790	1.61
Técnicos em programação	7591	1.57
Profissionais de <i>marketing</i> , publicidade e comercialização	7414	1.53
Analistas de sistemas	6765	1.40
Corretores de seguros	4691	0.97
Fisioterapeutas e afins	3621	0.75
Engenheiros mecânicos	3554	0.73
Instrutores e professores de escolas livres	3356	0.69
Técnicos em contabilidade	3166	0.65
Gerentes de áreas de apoio	2564	0.53
Desenhistas técnicos e modelistas	2465	0.51
Técnicos em construção civil - edificações	2368	0.49
Engenheiros eletroeletrônicos e afins	2313	0.48
Músicos e cantores populares	2160	0.45
Profissionais do jornalismo	2083	0.43
Veterinários	2076	0.43
Programadores de informática	2017	0.42
Técnicos em turismo	1864	0.38
Administradores	1714	0.35
Produtores de espetáculos	1684	0.35
Geólogos e geofísicos	1672	0.35
Outros engenheiros, arquitetos e afins	1660	0.34

Continuação do apêndice 4.3.4 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CBO domiciliar para o percentil 95

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Professores de educação física	1502	0.31
Profissionais em pesquisa e análise econômica	1471	0.30
Laboratorista industrial	1458	0.30
Compositores, músicos e cantores	1341	0.28
Técnicos em fisioterapia e afins	1333	0.28
Nutricionistas	1332	0.28
Corretores de títulos e valores	1300	0.27
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	1236	0.26
Agrônomos e afins	1129	0.23
Professores de disciplinas da educação geral do ensino médio	1041	0.21
Professores e instrutores do ensino profissional	1041	0.21
Profissionais de recursos humanos	1041	0.21
Escritores e redatores	1041	0.21
Agentes de bolsa, câmbio e outros serviços financeiros	1041	0.21
Técnicos em operação de aparelhos de sonorização	1041	0.21
Ministros de cultos religiosos, missionários e afins	984	0.20
Técnicos esportivos	848	0.18
Técnicos em topografia, agrimensura e hidrografia	705	0.15
Técnicos em veterinária	663	0.14
Inspetores de polícia e detetives	663	0.14
Atores, diretores de espetáculos e afins	643	0.13
Locutores e comentaristas	523	0.11
Atletas profissionais	493	0.10
Arquivologistas e museólogos	447	0.09
Farmacêuticos	409	0.08
Filólogos, tradutores e intérpretes	390	0.08
Decoradores de interiores e cenógrafos	300	0.06
Serventuários da justiça e afins	229	0.05

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.5 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Intermediação Financeira	54555	7.63
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	47339	6.62
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	31847	4.45
Fabricação e montagem de veículos automotores	27388	3.83
Atividades de informática	23806	3.33
Fabricação de produtos químicos diversos	17449	2.44
Fabricação de produtos farmacêuticos	14585	2.04
Fabricação de máquinas e equipamentos - exceto eletrodomésticos	12923	1.81
Fabricação de outros produtos alimentícios	12230	1.71
Publicidade	8709	1.22
Seguros e previdência privada	8365	1.17
Fabricação de produtos siderúrgicos	8124	1.14
Outros serviços prestados às empresas	7912	1.11
Fabricação de produtos do refino do petróleo	7647	1.07
Atividades imobiliárias - exceto condomínios prediais	7627	1.07
Edição, impressão e reprodução de gravações	7060	0.99
Atividades de assessoria em gestão empresarial	7033	0.98
Atividades auxiliares da intermediação financeira	5281	0.74

Continuação do apêndice 4.3.5 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos - exceto para veículos	4677	0.65
Confeção de artigos do vestuário e acessórios - exceto sob medida	4488	0.63
Metalurgia dos metais não-ferrosos	4396	0.61
Fabricação de produtos de plástico	4350	0.61
Fabricação de celulose, papel e papelão liso, cartolina e cartão	4311	0.60
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	4151	0.58
Fabricação de produtos de borracha	4100	0.57
Fabricação de eletrodomésticos	3567	0.50
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação	3517	0.49
Fabricação de produtos diversos de minerais não-metálicos	3004	0.42
Fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática	2921	0.41
Pesquisa e desenvolvimento	2873	0.40
Fabricação e refino do açúcar	2808	0.39
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e perfumaria	2629	0.37
Produção de álcool	2386	0.33
Construção, montagem e reparação de aeronaves	2264	0.32
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	2177	0.30
Fabricação de vidro e produtos de vidro	2083	0.29
Investigação, vigilância e segurança	1943	0.27
Fabricação de calçados	1756	0.25
Fabricação de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos automotores	1705	0.24

Continuação do apêndice 4.3.5 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Construção e reparação de embarcações	1623	0.23
Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada	1458	0.20
Fabricação de produtos cerâmicos	1376	0.19
Beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem	1350	0.19
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais	1219	0.17
Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos	1042	0.15
Construção e montagem de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	1042	0.15
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	1041	0.15
Fabricação de equipamentos de transporte diversos	1041	0.15
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática	1041	0.15
Fabricação de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares	1034	0.14
Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados a automação industrial e controle do processo produtivo	917	0.13
Abate e preparação de carne e pescado	864	0.12
Fundição	731	0.10
Fabricação de produtos de madeira	688	0.10
Produção de gorduras e óleos vegetais	604	0.08
Aluguel de máquinas e equipamentos	446	0.06

Continuação do apêndice 4.3.5 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor formal	Total populacional	% em relação ao setor
Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios	391	0.05
Fabricação de artigos do mobiliário	228	0.03
Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade	228	0.03

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.6 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor formal público (CLT) segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor público formal (CLT)	Total populacional	% em relação ao setor
Intermediação Financeira	39337	24.65
Saúde pública	18952	11.87
Administração do Estado e da política econômica e social - Estadual	13069	8.19
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	10939	6.85
Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual	10191	6.39
Administração do Estado e da política econômica e social - Federal	6421	4.02
Seguridade social	905	0.57

Apêndice 4.3.7 Ocupações dominantes nos grupos de base no setor informal segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor Informal	Total populacional	% em relação ao setor
Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual	18696	10.68
Saúde particular	17502	10.00
Saúde pública	13605	7.77
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	11095	6.34
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	8362	4.78
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	6774	3.87
Publicidade	4231	2.42
Administração do Estado e da política econômica e social - Estadual	3649	2.08
Atividades de informática	3604	2.06
Administração do Estado e da política econômica e social - Federal	3138	1.79
Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Federal	2300	1.31
Atividades imobiliárias - exceto condomínios prediais	1945	1.11
Atividades de assessoria em gestão empresarial	1909	1.09
Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade	1165	0.67
Outros serviços prestados às empresas	1041	0.59
Pesquisa e desenvolvimento	1035	0.59
Forças Armadas	604	0.34
Seguridade social	338	0.19

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.

Apêndice 4.3.8. Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública	70644	14.59
Saúde particular	68107	14.06
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	43398	8.96
Representantes comerciais e agentes do comércio	20098	4.15
Atividades imobiliárias - exceto condomínios prediais	19701	4.07
Atividades de informática	15626	3.23
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	12268	2.53
Atividades de assessoria em gestão empresarial	10439	2.16
Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados	8358	1.73
Outros serviços prestados às empresas	8094	1.67
Comércio de mercadorias em geral - inclusive mercadorias usadas	6463	1.33
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	5927	1.22
Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	5034	1.04
Publicidade	4111	0.85
Comércio de veículos automotores	2877	0.59
Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos, cosméticos e de perfumaria	2787	0.58
Serviços veterinários	2076	0.43

Continuação do apêndice 4.3.8. Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	1856	0.38
Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria	1806	0.37
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas	1710	0.35
Reparação de objetos pessoais e domésticos - exceto de eletrodomésticos e calçados	1596	0.33
Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores	1514	0.31
Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade	1458	0.30
Investigação, vigilância e segurança	1306	0.27
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	1041	0.21
Aluguel de máquinas e equipamentos	970	0.20
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática	747	0.15
Comércio varejista de artigos em geral por catálogo, televisão, internet e outros meios de comunicação	737	0.15
Comércio de produtos agropecuários	724	0.15
Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e armarinho	710	0.15
Saúde pública	677	0.14
Aluguel de objetos pessoais e domésticos	676	0.14
Atividades de imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios	523	0.11

Continuação do apêndice 4.3.8. Ocupações dominantes nos grupos de base no setor conta própria segundo a CNAE domiciliar para o percentil 95

Setor conta-própria	Total populacional	% em relação ao setor
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	494	0.10
Posto de combustíveis	418	0.09
Aluguel de veículos	334	0.07

Fonte: PNAD 2012. Elaboração própria. Nota: as porcentagens foram calculadas utilizando-se os pesos amostrais.